

convergência

JAN/FEV — 1977 — ANO X — Nº 99



- **O NOVICIADO HOJE**
Entrevista da Irmã Arsênia Erthal, página 3
- **O BRASIL QUE VIVEMOS. TENTATIVA DE ANÁLISE**
Pe. Matias Martinho Lenz, SJ, página 23
- **RENOVAÇÃO COMO MUDANÇA DE ATITUDE**
Pe. Desmond O'Donnell, OMI, página 52

CONVERGÊNCIA

Revista da Conferência
dos Religiosos do Brasil

Diretor-Responsável:

Pe. Marcello de Carvalho Azevedo, SJ

Redator-Responsável:

Padre Marcos de Lima, SDB

Direção, Redação, Administração:

Rua Dom Gerardo, 40 — 6º andar
(ZC-05) — 20.000 RIO DE JANEIRO
— RJ.

Assinaturas para 1977:

Brasil, taxa única (via
terrestre ou aérea) ... Cr\$ 150,00
Exterior: marítima US\$ 17,00
aérea US\$ 25,00
Número avulso Cr\$ 15,00

Os artigos assinados são da res-
ponsabilidade pessoal de seus autores.

Composição: Compositora Helvética
Ltda., rua Correia Vasques, 25 —
20.000 Rio de Janeiro — RJ.

Impressão: Oficinas Gráficas da
Editora VOZES Ltda., rua Frei Luís,
100 — 25.600 Petrópolis — RJ.

Nossa Capa:

"O CAMINHO SE FAZ CAMINHAN-
DO". Dez anos vivendo isto. Dez
anos de CONVERGÊNCIA. Coragem
de caminhar e fazer caminhar. A par-
tir da experiência e da vida. À luz da
fé que alicerça nossa vida de Re-
ligiosos e lhe dá sentido. Procura e
renovação que não cessam. Cam-
inhar na Igreja e com a Igreja, de
hoje e de sempre.

Registro na Divisão de Censura de
Diversões Públicas do D.P.F. sob o
nº 1.714-P.209/73.



SUMÁRIO

EDITORIAL	1
●	
O NOVICIADO HOJE , Irmã Arsê- nia Erthal	3
●	
INFORME DA CRB	10
●	
ESPAÇO DO REDATOR , Pe. Mar- cos de Lima, SDB	15
●	
O BRASIL QUE VIVEMOS. TENTA- TIVA DE ANÁLISE , Pe. Matias Martinho Lenz, SJ	23
●	
RENOVAÇÃO COMO MUDANÇA DE ATITUDE , Pe. Desmond O'Donnell, OMI	52
●	
LIVROS NOVOS para Você ler ..	60

EDITORIAL

A dosagem Integrada dos componentes da formação para a vida religiosa se prende a elementos válidos de uma inestimável tradição do passado. Exige sensibilidade crítica ao presente. É um olhar lúcido para o futuro.

CONVERGÊNCIA vive há dez anos. 1967-1977, Setembro a Setembro. Convidamos nossos assinantes e leitores, todos os Religiosos e Religiosas do Brasil, a celebrar conosco a festa da gratidão, a Deus e a quantos colaboraram. Mas festa mesmo é fazer a revista cada vez melhor e sobretudo sempre mais nossa, de todos, de cada um.

1977 marca também um outro acontecimento: a XI Assembleia Geral Ordinária e Eletiva da CRB, em Julho. CONVERGÊNCIA vem sendo o instrumento de sua comunicação e participação, desde Abril de 1976. Os números deste ano levarão adiante este esforço. São três linhas que integram o tema central: A REALIDADE NACIONAL E ECLESIAL DO BRASIL E A PRESENÇA DOS RELIGIOSOS NELA. Brasil, País/ Nação, a Igreja neste País, a Vida Religiosa, nesta Igreja e neste País. Estas três faces de uma única realidade global irão se alternando em nossas páginas.

Matias Martinho Lenz S. J. e Edições Loyola permitiram que retomássemos aqui seu trabalho publicado em "Evangelização no Brasil Hoje: Conteúdo e Linguagem", Edições Loyola, São Paulo, 1976. Páginas: 152. É uma tentativa de análise integrada sob o ângulo sociológico. Não quer ser exaustiva. Mas revela como os vários aspectos de uma realidade se interdependem. Desperta-nos para a extrema complexidade dos problemas. Questiona-nos sobre a fácil superficialidade com que, não raro, sem suficiente informação e análise, ou nos pronunciamos sobre as coisas, ou nos permitimos ingenuamente estar

à margem delas. Martinho Lenz nos oferece uma visão. O importante não é que a endosseemos. Sim, que nos demos conta de que a realidade da Igreja e da Vida Religiosa estão situadas, num aqui e agora de realidade, cuja interpretação pode ser variada. O que não se pode é ignorar o contexto ou viver sem probidade dentro dele.

Isto supõe de nossa parte uma constante abertura para a vida. Um levar avante o que somos, sem pretender meta que possa ser fim. Educamo-nos a vida toda. E os outros nos educam. É a formação continuada, permanente, sempre em marcha. **Desmond O'Donnell OMI** nos ajuda a entrar nesta perspectiva, em nível mais profundo e muito prático e concreto. Todo o enfoque temático da XI AGO da CRB e a dinâmica de sua preparação, assim como proposta aos Religiosos do Brasil, quer ser uma contribuição para esta atitude fundamental e decisiva que nos abre para a interminável construção de nós mesmos. Ela se alicerça na fé em Deus, em nós, em nossa vida. Mas, também, na esperança de que podemos ser mais, como pessoas e como comunidades.

A grande pergunta é sempre: mas como fazer, como começar, como formar? A formação para

vida religiosa supõe neste momento um caminhar de todos juntos formadores, formandos, comunidades, realidade total. A dosagem integrada de tantos componentes se prende a elementos válidos de uma inestimável tradição do passado. Mas exige sensibilidade crítica ao presente e um olhar lúcido para o futuro. Como dar forma hoje a um Noviciado? Seria vão elaborar teorias. **CONVERGÊNCIA** lhe traz aqui uma entrevista ao vivo com a **Irmã Arsênia Erthal**, das Religiosas de São José de Chambéry, Província de Caxias do Sul (RS). Elas se defrontaram com uma realidade toda outra, em sua presença no Maranhão. Para que transferir as jovens do Maranhão para o Rio Grande do Sul? Mas como pensar algo concreto para o Maranhão? Elas tentaram. Os resultados são promissores.

Nosso Redator, **Pe. Marcos de Lima SDB** ocupa aqui o seu espaço, para servir-lhe em pouco tempo um leque variado de aspectos interessantes e atuais. É o **ESPAÇO DO REDATOR**. Com cartas suas que nos viem, com entrevistas que faremos para Você, **CONVERGÊNCIA** quer se encontrar mais de perto com seus Leitores.

Este número é o primeiro passo no décimo ano de **CONVERGÊNCIA!**

P. Marcello de Carvalho Azevedo S.J.
Presidente Nacional da C.R.B.

ENTREVISTA

UM NOVICIADO HOJE

Pe. Celso Sehn, MSF,
entrevistou
para *Convergência*

IRMÃ ARSÊNIA ERTHAL,
Irmãs de São José de Chambéry
São João dos Patos, MA

Através de farta informação enviada aos responsáveis mais diretos da promoção e dinamização da vida religiosa, "Nesta Igreja e Neste País", a Conferência dos Religiosos do Brasil, terá como meta prioritária, na agenda de suas programações de 1977, a efetivação de um Seminário de Estudos para os responsáveis dos Noviciados e Juniores Intercongregacionais. Já podemos adiantar que o referido Seminário terá lugar nos dias 21, 22, 23 e 24 de abril deste ano.

É sabido que a análise de qualquer fato e situação envolve as categorias históricas de passado, presente e futuro. Creemos que não é aqui o lugar para nos atermos a tais ponderações. No entanto, é válido constatar que, na história da Igreja, o Noviciado sempre foi chave na vida religiosa, principalmente no que concerne à qualidade e à iniciação à vida consagrada propriamente dita.

O Concílio Vaticano II orientou a Igreja dum modo estático de ser para linhas mais dinâmicas de ação. Esse processo renovador afetou em profundidade a vida eclesial no seu todo e a vida religiosa em especial. Uma das áreas mais abaladas foi a da **formação**. E, nesta, particularmente o Noviciado. A vida religiosa deve ser fiel a valores do passado que serão sempre valores. Mas precisa buscar sua forma de presença no mundo e na Igreja de hoje, na realidade concreta dos países e das regiões.

Como dar forma hoje a um Noviciado? O que fazer? Por onde começar? A que dar mais importância? Como dosar o atendimento a exigências não raro contrastantes? As Congregações se perguntam. As respostas variam. Umam dão certo; outras, nem tanto. Todas exigem atenção, consciência crítica, constante avaliação.

Com o intuito de contribuir com o Seminário de Responsáveis dos Noviciados Intercongregacionais da CRB que pretendemos realizar em abril e para proporcionar subsídios a todos aqueles que se dedicam à tarefa da formação nos respectivos Noviciados, **CONVERGÊNCIA** aborda uma experiência concre-

ta: o **Noviciado São José** em São João dos Patos, Maranhão, das Irmãs de São José de Chambéry, da Província de Caxias do Sul, Rio Grande do Sul. Convergência entrevistou para Você, a **Irmã Arsênia Erthal**, ex-Provincial em Caxias do Sul e hoje coordenadora da Equipe de Formação no Maranhão.

1. OBJETIVOS

Convergência: Sabemos que o **Noviciado em questão foge aos moldes tradicionais. Gostaríamos então de conhecer os objetivos gerais que o regem em sua estrutura interna e externa.**

Irmã Arsênia: Os objetivos propostos levam em conta a situação geográfica e social e as pessoas. Tentemos explicitá-los em três itens: 1º) Formar religiosas na Igreja desta Região, sem desenraizá-las de sua realidade. 2º) Dar resposta à jovem que há vários anos vem solicitando sua entrada em nossas comunidades. 3º) Buscar uma vida religio-

sa "nordestina", na sua modalidade de expressão.

— **Quais seriam as pistas para atingir eficazmente estes objetivos propostos?**

Irmã Arsênia: As linhas que nos orientam nesta concretização são: 1ª) Necessidade de bases teológicas sérias, tais como sejam: a Sagrada Escritura e sua interpretação; conhecimento e vivência da liturgia. 2ª) Formação para um agir maduro e responsável. 3ª) Formação feita em Igreja. 4ª) Formação aberta para a vida: fazer de todo homem uma trama para a vida religiosa.

2. ESTRUTURA INTERNA DO NOVICIADO

— **O Noviciado é antes de tudo uma escola de oração, um encontro profundo com Deus, com Jesus Cristo, uma verdadeira experiência de Deus que chama e que envia. Como tentam conseguir isso?**

Irmã Arsênia: Para levar as noviças a serem pessoas profundamente imbuídas de Deus adotamos duas modalidades: a oração comunitária e a iniciação à oração pessoal.

— Poderia concretizar um pouco mais?

Irmã Arsênia: Como já acentuamos acima, o clima de oração se baseia na leitura da Sagrada Escritura e na Liturgia. Tentamos trazer a vida na presença do Senhor, englobada na própria existência de relação com os irmãos, no Pai, no Filho e no Espírito Santo. Neste contato assíduo com a Palavra de Deus fomentamos um clima de interiorização em ambiente de silêncio. Respeitamos o ritmo pessoal no que se refere à atitude física de cada uma. Quanto à oração comunitária há a prévia preparação das encarregadas. Procuramos educar para que cada uma encontre o seu tempo de oração pessoal.

— Partindo do pressuposto de que a futura religiosa deve viver em comunidade, quais os critérios adotados para conseguir tal fim?

Irmã Arsênia: Neste particular é nosso objetivo que todas se sintam em casa. Cultivamos um clima de

fraternidade, de amizade, onde todas devem ser para cada uma e cada uma para todas. Quanto ao acolhimento, toda pessoa que chega será bem recebida. Na hora das refeições será convidada à mesa; na hora da oração comunitária será convidada a participar; na hora do recreio também. Para o bom andamento da comunidade, procura-se respeitar as horas de recolhimento do grupo ou de cada pessoa. Num espírito de busca estimula-se um constante crescimento do grupo e de cada uma individualmente.

— Qual a temática central do programa de estudos e como se desenvolve?

Irmã Arsênia: Em princípio, o programa de estudos das noviças segue as grandes linhas da Província, porém, adaptadas à realidade nordestina: Comunidade, Fé, Vocação, Oração (iniciação progressiva), Iniciação Bíblica, Psicologia (teoria e aplicação prática), Artes Femininas, Estudo Pessoal. O desenvolvimento do programa de estudos durante o ano de 1976 foi o seguinte:

- 2 de fevereiro — Início do Noviciado. Celebração.
- 3 a 9 de fevereiro — Comunidade das Irmãs de São José. O que é. Por que existe. Histórico. Regra de Vida.
- 10 de fevereiro — Dia de deserto.
- 11 a 28 de fevereiro — Comunidade das Irmãs de São José. Iniciação à Ioga.
- 3 a 5 de março — A mulher consagrada.
- 8 a 12 de março — Pedagogia Catequética.
- 15 a 17 de março — Noções de agricultura e avicultura.
- 18 de março — Dia de deserto.
- 19 a 31 de março — Vocação.
- 5 a 17 de abril — Oração e Sociologia Religiosa.
- 22 de abril — Dia de deserto.

- 26/4 a 1º de maio — Passeio com o grupo de noviças.
 10 a 15 de maio — Descoberta e Desenvolvimento da Personalidade.
 17 a 22 de maio — Pessoa Humana situada na Sociedade.
 25 de maio — Dia de deserto.
 26 a 28 de maio — Realidade Maranhense.
 7 a 12 de junho — Liturgia.
 14 a 18 de junho — Realidade Brasileira. Educação Libertadora.
 20 a 25 de junho — Testes Psicológicos.
 22 de junho — Dia de deserto.
 10 a 20 de julho — História da vida religiosa na Igreja.
 29 de julho — Dia de deserto.
 9 a 12 de agosto — Passeio grande.
 20/8 a 4 de setembro — Deus. Jesus Cristo. Igreja.
 9 de setembro — Dia de deserto.
- 4 a 6 de outubro — Noções básicas de anatomia, higiene e saúde preventiva.
- 7 a 9 de outubro — Consagração.
 11 a 16 de outubro — As Irmãs de São José a serviço da Igreja.
 19 de outubro — Dia de deserto.
 25 a 29 de outubro — Bíblia e Troca de Experiências Pastorais.
 1º a 17 de novembro — Consagração.
 18 de novembro — Dia de deserto.
 20/11 a 3 de dezembro — V o t o s.
 11 a 20 de dezembro — V o t o s.
 26 a 31 de dezembro — B í b l i a.
 3 a 8 de janeiro — R e t i r o.

— E nas datas vagas?

Irmã Arsênia: As datas livres eram ocupadas pelas noviças na elaboração de trabalhos sobre assuntos de sua escolha, aprofundamento das matérias vistas, estudos e reflexão pessoal. Houve iniciação musical auditiva, clássica e popular e iniciação a artes femininas.

— Sabemos que a manutenção de uma casa de formação acarreta ônus financeiros. As noviças e junioristas dão alguma colaboração con-

creta neste sentido? Há execução de tarefas que encaminham para uma profissionalização?

Irmã Arsênia: Nosso Noviciado mantém-se na base de um esforço conjugado e assim obtemos recursos financeiros através de salários de duas Irmãs da comunidade que são professoras. As postulantes obtêm algum salário. As próprias noviças trabalham na horticultura, agricultura, ave-suíno-cultura. Além disso, temos ainda as seguintes fontes de renda: auxílio das comunidades do

Maranhão em forma de gêneros alimentícios; auxílio das comunidades do Mato Grosso em forma monetária; auxílio em nível provincial, através da central de Caxias do Sul, em forma de material didático e utilidades domésticas.

Além do mais, menciono o trabalho manual das noviças que se

desdobra em três áreas: **tarefas comuns**, como limpeza geral da casa e outras eventuais; **tarefas pessoais fixas**, como farmácia, biblioteca e discoteca, avicultura, horticultura, jardinagem, lavanderia, hospedaria, depósito de material. **Tarefas semanais de rodízio**: cozinha, refeitório, limpeza da casa, compras, recreação, liturgia e passagem da roupa.

— **No dia-a-dia, como se efetivou a distribuição do tempo?**

Irmã Arsênia: O cronograma diário teve a seguinte disposição:

- 5,40 hs — Levantar
- 5,50 hs — Ioga
- 6,20 hs — Oração matinal e oração pessoal
- 7,00 hs — Trabalhos
- 8,15 hs — Aula ou estudo. Silêncio na casa
- 10,00 hs — Trabalhos ou estudo pessoal
- 12,00 hs — Almoço. Sesta. Tempo livre.
- 14,00 hs — Aulas ou trabalhos em grupo. Silêncio na casa.
- 16,00 hs — Atividades diversas
- 17,15 hs — Oração comunitária vespertina
- 18,15 hs — Jantar
- 19,30 hs — Celebração eucarística
- 20,00 hs — Oração da noite: Silêncio na casa.
- 22,00 hs — Recolher-se

Tempo pessoal a organizar-se: Das 10 hs às 12; das 13 às 14; das 16 às 17,15; das 21 às 22; sábado à tarde; domingo, todo o dia.

3. RELACIONAMENTO EM FAIXA EXTERNA ATRAVÉS DA PASTORAL E DA PROFISSIONALIZAÇÃO

— **A par da formação específica para o estado religioso, há alguma participação da noviça na vida pastoral?**

Irmã Arsênia: Cada noviça tem um engajamento pastoral na paróquia. Seja um trabalho de evangelização de tipo novo que parte do

povo e caminha para o povo; seja algum trabalho tradicional como catequese, liturgia, acompanhamento de grupos específicos já existentes na paróquia. Cada postulante trabalha meio expediente na sua própria profissão, reservando o restante do tempo para sua formação pessoal com aulas no noviciado ou estudo e cultivo pessoal. Ademais, procuramos não perder de vista que o noviciado NÃO é um ano de formação "pastoral", mas que também não poderá ser desligado da vida religiosa a que aspiram.

— Além desta presença pastoral junto ao povo, existem outros modos de relacionamento mais informais com o mesmo povo?

Irmã Arsênia: O noviciado é aberto a toda pessoa ou grupo de pessoas que desejam se aproximar, respeitando as horas de aula das noviças e o tempo de interiorização e estudo pessoal das noviças e postulantes. Noviças e postulantes se relacionam com os vizinhos, com as repartições públicas e comerciais de maneira simples, na medida em que a vida ordinária o exige. Sábado à tarde e domingo há tempo livre para contatos normais com o povo, de amizade ou finalidade pastoral.

Uma que outra vez, os padres da paróquia são convidados a uma refeição no noviciado ou a participar do recreio. Há também durante o ano alguns encontros com outros grupos de formação à vida religiosa. Contato natural com professores externos: religiosos e leigos. Há ainda

possibilidade de uma ou outra saída apostólica, de um ou dois dias, a comunidades do interior.

— Esta participação na vida em contato com o povo traz vantagens sempre ou implica também em problemas?

Irmã Arsênia: Não se pode falar em vantagens ou desvantagens. De um lado, devemos empregar todos os meios para não desligar as jovens candidatas do povo, da vida simples de onde procedem, da riqueza contida na cultura popular, do contato simples com os irmãos. De outro lado, elas devem vir a ser verdadeiras educadoras, isto é, chamadas a caminharem, com o povo, para chegar, aos poucos, a outra situação de vida, a certos valores que o povo ainda não descobriu em si e fora de si. Para tanto, elas têm que **conhecer vivencialmente** outras situações. O problema seria e eu mesmo me pergunto: como fazer para que duas realidades possam acontecer ao mesmo tempo? Como conseguir que as jovens não se acomodem, que assumam um papel profético na própria vida, no próprio ambiente?

— Através das agendas, cronogramas, conteúdo e programas, temos uma visão bastante ampla e clara sobre o que vem a ser o seu noviciado. Gostaríamos de saber ainda, qual o instrumento de avaliação empregado para aperfeiçoá-lo sempre?

Irmã Arsênia: Creio que não há novidade quanto a este aspecto. Simplesmente empregamos o método de Revisão de Vida, aplicado em diversos níveis, levando em con-

ta a faixa etária e grau de maturidade das pessoas. Com as noviças, esta revisão foi realizada quinzenalmente. Com as postulantes, inicialmente, de semana em semana. Com a comunidade toda: Irmãs, Noviças e Postulantes, uma vez por mês. A experiência comprovou que esta medida proporciona os resultados almejados.

EXIGÊNCIAS CRISTÃS DE UMA ORDEM POLÍTICA

N.º 5 — A ordem política está sujeita à ordem moral. A Igreja, iluminada pela Fé, procura definir com sempre maior clareza as exigências que da ordem moral decorrem para a ordem política. Nós, Pastores, temos consciência de não estarmos exorbitando de nossa missão, quando proclamamos estas exigências e exortamos os cristãos a assumirem sua função específica na construção da sociedade de acordo com estes princípios.

N.º 6 — Salvaguardando a legítima autonomia das realidades terrestres, sabemos que não nos compete agir diretamente sobre as estruturas, mas iluminá-las e formar a consciência dos homens. Temos a convicção de cumprir um dever e prestar um serviço, formulando as exigências morais, indicando as contradições entre essas exigências e a realidade e, sem pretender fazer um balanço crítico da mesma, alertar para os riscos, estimular o que há de bom e positivo, encorajando o esforço de todos os que se empenham na realização de modelos cada vez mais adequados àquelas exigências.

N.º 12 — Nenhum modelo é perfeito ou definitivo; por isso, todos são questionáveis e precisam ser continuamente aperfeiçoados. Impede-se o diálogo autêntico quando os regimes se pretendem inquestionáveis e repelem quaisquer reformas além daquelas por eles mesmos outorgadas. A Igreja não pode, assim, aceitar a acusação de intromissão indébita ou de subversão, quando, no exercício da missão evangelizadora, denuncia o pecado, questiona aspectos éticos de um sistema ou modelo e alerta contra o perigo de um sistema vir a se constituir a própria razão de ser do Estado.

Documento aprovado pela XV Assembléia Geral da CNBB.
Itaici, SP, 8 a 17 de fevereiro de 1977

INFORME

CONFERÊNCIA DOS RELIGIOSOS DO BRASIL

CENTRO DE RENOVAÇÃO ESPIRITUAL - CERNE/CRB

I — Natureza

O CENTRO DE RENOVAÇÃO ESPIRITUAL (CERNE/CRB) surge como mais uma oferta da CRB Nacional no serviço de animação e promoção da Vida Religiosa no Brasil. O Centro visa atender religiosos e religiosas que desejam um aprofundamento e reflexão para melhor atuação de sua vida apostólica. É um programa vivencial de seis semanas.

O curso foi pensado de modo especial para religiosos e religiosas de 20 anos ou mais de dedicação ao apostolado e que não tiveram oportunidades de participar de outros programas de renovação e atualização do significado da sua vida e de suas potencialidades apostólicas na vida religiosa, hoje. A CRB Nacional, oferecendo um curso mais curto e mais denso, deseja viabilizar uma vivência comunitária significativa, reflexão calma e oportuna, vida de oração profunda, entre-ajuda espiritual, discernimento integral das próprias potencialidades, parada para avaliação e retomada pessoal

e comunitária. Neste sentido lança um curso de seis semanas, em regime de internato, o CENTRO DE RENOVAÇÃO ESPIRITUAL, CERNE/CRB.

II — Finalidade

1. De um modo geral, O CENTRO DE RENOVAÇÃO ESPIRITUAL, CERNE/CRB, visa proporcionar aos religiosos e às religiosas um programa de aprofundamento que os auxilie a perceber suas potencialidades e a melhor integrá-las no serviço de Deus e dos irmãos.

2. Especificamente quer:

2.1. Ajudar aos religiosos e às religiosas a avaliar atitudes, a conseguir conhecimento, a treinar capacidades.

2.2. Ajudar, pelo aconselhamento ou orientação pessoal, para um crescimento interior integrado.

2.3. Incentivar uma vivência comunitária, criativa, em vista de uma

atualização espiritual, religiosa e pessoal que melhor capacite o participante em sua missão.

2.4. Proporcionar conteúdos e exercícios e dar oportunidades para uma real experiência de vida religiosa que conduza a uma conversão pessoal à vida consagrada.

III — Participantes

a) Religiosos e religiosas em geral, com mais de 20 anos de profissão religiosa.

b) Religiosos e religiosas desejosos de aprofundamento e reflexão sobre a vida religiosa, hoje, sobre renovação comunitária e pessoal, sobre a vida de oração e engajamento apostólico.

IV — Condições para admissão

1. Seja religioso ou religiosa com, pelo menos, 20 anos de profissão religiosa. 2. Seja pessoa madura na opção vocacional. 3. Tenha total disponibilidade para o curso em regime de internato. 4. Seja pessoa apresentada pelo respectivo Superior Maior (Provincial), em tempo hábil. Verifique os prazos de resposta. 5. Preenchimento exato das respectivas fichas no tempo marcado.

V — Programa

MATÉRIAS: 1. Dinâmica de entrosamento. 2. Oração individual e comunitária e litúrgica. 3. Teologia da vida religiosa. 4. Espiritualidade da vida religiosa. 5. Mudança e cultura. 6. Apoio psicológico na vida religiosa. 7. Crescimento

comunitário. 8. Perspectivas da Teologia hoje. 9. Missão e liderança apostólica. 10. Retiro dirigido.

VI — Metodologia

O curso pretende levar os participantes a uma vivência comunitária motivada e aprofundada. Por isso, são três as grandes linhas do Centro de Renovação Espiritual: a) Vida espiritual. b) Aprofundamento e vivência duma comunidade religiosa fraterna motivada. c) Incentivo e missão atualizada e criativa.

Para isso, haverá colocações de professores, retiros dirigidos, vivência litúrgica diária, incentivo a grupos de vida e de trabalhos, apoio à dinâmica social do grupo, contatos semanais com a coordenação e ajuda espiritual pessoal.

VII — Coordenação

A responsabilidade pelo CENTRO cabe à Diretoria Nacional da Conferência dos Religiosos do Brasil. A Direção imediata cabe à Coordenação do CENTRO: Pe. Jaime E. Sullivan, OMI, como Diretor; Irmã Tereza Nunes, FC, como Vice-Diretora; Irmão Nilso Antônio Ronchi, FMS, como Vice-Diretor.

VIII — Funcionamento e Local

1. Haverá em 1977 dois cursos: CERNE-I: 19 de agosto até 30 de setembro. CERNE-II: 14 de outubro até 27 de novembro.

2. O curso funcionará em regime de internato.

3. Terá a duração de seis semanas.

4. A Sede e Secretariado do Curso será na própria CRB Nacional. O local de funcionamento: Centro Educacional Sagrado Coração de Jesus, Rua Ferreira de Almeida, 42. Bairro Alto da Boa Vista. 20.000 Rio de Janeiro, RJ.

5. Condução para o local do Curso: Ônibus da linha 221, saindo da Praça XV. Ônibus da linha 233, saindo da Rodoviária.

6. Vagas: O número de participantes para cada curso será limitado a 30 (trinta) candidatos.

IX — Custo do Curso

1. Hospedagem: 42 dias X Cr\$ 100,00 = Cr\$ 4.200,00 (quatro

mil e duzentos cruzeiros). 2. Custo do curso por pessoa: Cr\$ 3.760,00 (três mil setecentos e sessenta cruzeiros). A CRB custeia 52% deste custo do curso. Parte do custo do curso a ser pago por pessoa: Cr\$ 1.800,00 (hum mil e oitocentos cruzeiros). 3. Custo total do curso por pessoa: Cr\$ 6.000,00 (seis mil cruzeiros), ou seja, hospedagem (Cr\$ 4.200,00) mais curso (Cr\$ 1.800,00).

X — Inscrições

Todas as inscrições se fazem na CRB Nacional até dia 10 de maio de 1977. Sede da CRB Nacional: Rua Dom Gerardo, 40 — 6º andar ZC-05 / 20.000 Rio de Janeiro, RJ. Não se aceitam inscrições por telefone. Só por carta.

RELIGIOSAS E PROFISSIONALIZAÇÃO

Segundo Seminário de Estudos promovido pela CRB-Nacional
Rio de Janeiro, 27 e 28 de Novembro de 1976

Pouco mais de um ano atrás, a CRB havia promovido o primeiro encontro de Religiosas Profissionalizadas, de 23 a 26 de outubro de 1975. CONVERGÊNCIA publicou as linhas fortes de reflexão naquela altura (CONVERGÊNCIA, IX (1976, nº 91: Abril) 179-188). A matéria foi transcrita pelo OSSERVATORE ROMANO, em seu número de outubro de 1976. Levando adiante a reflexão, CONVERGÊNCIA trouxe no número seguinte dois testemunhos de grande alcance (IX (1976, nº 92 Maio) 211-220).

Este material oferece um bom ponto de apoio para as Congregações, Províncias e Religiosas que se defrontam com situações novas de religiosas inseridas no mundo em termos de uma atuação profissional.

Este segundo encontro e seminário de estudos realizou-se na Casa de Emaús, do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro, sob a coordenação da Irmã Laura Maria Mousinho, do Executivo Nacional da CRB. Participaram dez

religiosas, de oito Congregações; que puderam contar também com a assessoria de quatro Religiosos.

Os dois dias giraram praticamente em torno de uma questão fundamental: como se definem a pessoa e a comunidade religiosa profissionalizada, em termos de MISSÃO, no contexto concreto da vocação apostólica que é a vida religiosa, na Igreja?

Houve uma abordagem da pergunta através do intercâmbio de experiências e reflexões das presentes, todas diretamente vinculadas a uma expressão profissionalizada de presença no mundo. Foi um dos aspectos mais proveitosos do encontro. No sentir do grupo, seria muito importante que as religiosas profissionalizadas tivessem oportunidade mais freqüente para partilharem assim suas vivências e observações, numa linha a um tempo de avaliação crítica e de entreaajuda.

Além deste enfoque, pelo lado da experiência pessoal e comunitária das participantes, outros aspectos foram suscitados pelos três conferencistas convidados para a ocasião. P. Marcello de Carvalho Azevedo, P. Henrique Cláudio de Lima Vaz e P. Fernando Bastos de Ávila, de um ponto de vista respectivamente teológico, antropológico-social e sociológico ajudaram no aprofundamento do tema. Respeitando o consenso evangélico do grupo sobre a validade da presença profissionalizada das Religiosas no mundo do trabalho, mostraram como este fenômeno decorre da própria evolução interna da Igreja e da Vida Religiosa e encontra clima propício de expansão na transformação da ordem social da sociedade de ordens

para a sociedade de classe. Ao mesmo tempo, porém, todos três ofereceram elementos críticos de questionamento quanto à concretização e configuração deste novo tipo de presença da religiosa na Igreja e no mundo, através do exercício de uma profissão, com todas as conseqüências que daí procedem para a vida religiosa das pessoas e de suas comunidades.

Das reflexões que se seguiram ficaram claras algumas conclusões:

1. A necessidade de qualificar sempre mais a **dimensão apostólica no exercício da profissão**, a fim de que ela traduza de modo transparente e, na medida do possível, inteligível, a índole própria da **pessoa religiosa** que a exerce.

2. Isto supõe gratuidade no amor, disponibilidade e liberdade interior para a seleção das formas de trabalho, atenção às reais necessidades e prioridades da Igreja e dos homens, superação dos aspectos egoísticos e financeiros não são condicionantes ou determinantes.

3. Qualquer que seja a forma de presença profissionalizada, ela deve ser do ponto de vista da vida religiosa, um engajamento consciente e assumido seja pela pessoa, seja por sua comunidade, em termos de missão.

4. Torna-se urgente descobrir como FORMAR as pessoas para este tipo de presença, de tal modo que, por um lado, sejam capazes de assumir os valores do trabalho, aceitando-lhe coerentemente os riscos; de outro, preservem e fomentem os valores inerentes à vida religiosa, como uma vocação

apostólica concreta entre outras vocações apostólicas na Igreja. Até que ponto as Congregações têm tido presentes estes aspectos no processo de formação permanente de suas religiosas?

5. Finalmente, à medida que evolui a sociedade e acarreta a transformação institucional também das obras próprias dos religiosos, muitos aspectos da vida da religiosa profissionalizada que hoje se apresentam como novos, irão sendo habituais dentro mesmo das obras próprias: hospitais, estabelecimentos de ensino e outros. Isto su-

põe um processo de discernimento e formação que nos permita antecipar-nos ao fenômeno emergente da crescente presença profissionalizada dos religiosos e religiosas, quer em suas obras, quer fora delas.

Em decorrência sobretudo das colocações do P. Ávila, o grupo sentiu a necessidade de um levantamento de situação. A CRB-Nacional está preparando um roteiro de trabalho neste sentido, que será enviado aos Provinciais interessados.

EXIGÊNCIAS CRISTÃS DE UMA ORDEM POLÍTICA

N.º 25 — Estimular a participação consciente e responsável no processo político, social, cultural e econômico é um dever primordial do Estado. Tal participação constitui um dos elementos essenciais do bem comum e uma das formas fundamentais da aspiração nacional. A educação do povo é um pressuposto necessário para sua participação ativa e consciente na ordem política. Por sua missão divina, cabe à Igreja o direito e o dever de colaborar nesta tarefa.

N.º 43 — O desenvolvimento que responde às exigências do bem comum é o desenvolvimento integral, não apenas econômico, mas social, cultural e religioso. A experiência demonstra que o desenvolvimento econômico não se traduz necessariamente em desenvolvimento social.

**Documento aprovado pela XV Assembléia Geral da CNBB.
Itaici, SP, 8 a 17 de fevereiro de 1977**

ESPAÇO DO REDATOR

Consciência histórica ou abertura aos sinais dos tempos é isto: Deixar-se constantemente questionar pelos fatos e pelos acontecimentos exteriores, grandes ou pequenos, de perto ou de longe, que envolvem inevitavelmente a toda pessoa que vive a realidade de um mundo-aldeia.

*

Participar é dar um atestado de lucidez

I

CONVERGÊNCIA / 10 ANOS

A Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB) foi fundada em 11 de fevereiro de 1954. A partir de julho de 1955 começou a circular o seu veículo de comunicação: a **Revista da Conferência dos Religiosos do Brasil**, Ano I — Nº 1. Este era o seu nome. Com o fascículo 146, agosto/setembro de 1967, encerra-se o primeiro ciclo de vida da revista da CRB. Treze anos depois

do primeiro número, em janeiro/fevereiro de 1968, aparecia **CONVERGÊNCIA**, Ano I — Nº 1. Desde a fundação (1955), durante todo o primeiro período (setembro de 67) até hoje, a edição e circulação foram ininterruptas, sem solução de continuidade, malgrado aqueles dias em que o futuro se mostrou menos claro. Este, portanto, é o **X ANO DE CONVERGÊNCIA**. Precisamos comemorar.

Nestes dez anos sua revista conquistou confiança e apreço. Conto com Você, Leitor e Assinante de

Convergência, e com um esforço seu acima do nível de rotina neste ano. Cada comunidade precisa ler Convergência. Para isso, precisa assinar. **E s c r e v a - n o s .** CONVERGÊNCIA quer prestar aos religiosos do Brasil o serviço dos fatos. Fale-nos de sua Congregação, de seus Fundadores, de sua Província, das experiências de renovação. O que é bom para Você é bom para todos.

É claro que mesmo ocultas, todas estas realidades repercutem visível ou invisivelmente em toda a humanidade e operam no substrato da história. Mas, se reveladas, com maior facilidade, Deus será louvado. Não quero curtir a dúvida de seu silêncio ou da sua ausência. As palavras estão soltas. As idéias Você tem. Falta apenas formar frases corretas e escrevê-las com convicção. A causa é nobre. Compensa lutar. Conto com Você neste **X ANO DE CONVERGÊNCIA.**

2

FORMAÇÃO PERMANENTE

O tema da formação permanente tomou conta em 1976 das páginas de grande número de revistas especializadas na teologia da vida religiosa ou na reflexão bíblica e evangélica dos problemas desta mesma vida. CONVERGÊNCIA também respondeu **PRESENTE.** Todos são chamados a participar, a tomar posição. Este não é assunto para uma vigésima quinta hora. Uma hora tardia. É interesse de todos: das Con-

gregações, das Províncias, das comunidades locais e das pessoas físicas dos religiosos. É tempo de despertar a consciência coletiva. Mostrar a cada um que na sociedade, na Igreja, nas Congregações, na Província, todos são um pouco responsáveis por tudo. Nada existe gratuitamente. Cada conquista é fruto do sacrifício e da consciência individual.

Creio que um enfoque geral assim terá despertado parte expressiva dos indecisos ou titubeantes. Alienados, creio, que não haja. Trata-se de não perder oportunidade. Trata-se de fazer uma opção muito consciente, engajar-se num processo permanente de formação. Processo dá idéia de movimento, **pró-gressus**, caminhar adiante. Tem começo mas não pode estancar. Mas se formação permanente significar formação estática, será uma formação fracassada. Assim entendida fica subvertida a idéia que se quer promover.

Não há problema que possa deslocar este para um plano secundário hoje que tanto se fala em **SER** mais o que se é. A reflexão, os pontos de vista de cada um como enriquecimento das alternativas para a escolha do mais eficaz, os estudos, as experiências, as tentativas concretas, ajudam muito a equacionar o problema. É claro que não se trata de um festival de opiniões. Mas neste tema não há especialista feito e acabado. "O caminho se faz caminhando". Nunca foi mais verdade do que aqui. A contribuição de cada um é sempre valiosa, ainda mais quando se foge da atitude de uma rápida participação para depois de-

sãparecer como se, com a sua jogada, nada mais restasse a fazer. Formação não se dá por ação isolada, fugaz, passageira. Exige uma série encadeada e contínua de ações.

Ninguém creia que os CONSELHOS provincial e local sozinhos resolvem tudo. Os Conselhos são importantes, mas por se constituírem num reduzido grupo de pessoas capazes, por isso mesmo, nunca dispensam a colaboração de quem quer que seja. Seria um ingrediente de suicídio querer sobreviver e progredir recusando a colaboração de outros. O estudo, o debate, a reflexão, não podem se esvaziar nesta concepção: "Ah! existe o Conselho!" Até que neste assunto os Conselhos se parecem mais com órgãos que analisam criticamente, optam pelo melhor, projetam e equilibram o descompasso entre a realidade e os planos. Tentam levar a filosofia preconizada à prática e transformá-la em conduta efetiva. As sugestões não decidem, mas colaboram para a decisão acertada.

Mas a responsabilidade no processo da formação permanente é de todos. A participação de cada um é componente indispensável. Imagine-se um jogo de futebol sem o grito da torcida! Ou uma televisão sem som! Participar é dar um atestado de lucidez. Fundamental é a criação de uma atmosfera e de um clima de responsabilidade crescente e concêntrica: da pessoa do religioso à comunidade local, à Província, à Congregação. **Formação permanente:** cada comunidade, cada membro pondo em discussão as próprias seguranças;

empenhando-se na renovação contínua das atitudes espirituais, da cultura teológica, das expressões de serviços apostólicos.

É isto que gera entusiasmo, coragem, decisão. E que, às vezes, parece estar faltando. O bem-estar e o crescimento de uma província decorre de uma participação global. A abordagem de uma mesma realidade sob variados ângulos dará uma idéia de conjunto mais aprimorada. **Formação permanente:** uma procura e uma renovação que nunca cessam.

CONVERGÊNCIA em 1976 publicou alguma coisa neste sentido. Vão aparecer novos trabalhos. Nunca será demais. Aliás, tudo o que CONVERGÊNCIA publica está nesta linha porque não é a formação que é permanente, mas o processo da formação. E cada Convergência é um ato, uma ação, um tempo neste processo.

3

MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (1)

De 23 a 30 de julho deste ano, realiza-se no Rio de Janeiro, a XI Assembléia Geral Ordinária Eletiva da Conferência dos Religiosos do Brasil. Isto vem sendo comunicado detalhadamente aos 688 Superiores Maiores desde abril de 1976. Durante a realização da Assembléia Geral, estuda-se um tema de real interesse para os religiosos do Brasil. O tema escolhido para a Assembléia Geral

de 1977 foi este: **A Realidade Nacional e Eclesial do Brasil Hoje e a Presença dos Religiosos Nela**. Este enunciado final é síntese e resultado de ampla consulta aos religiosos do Brasil entre novembro de 75 e março de 76. O tema vem sendo estudado com larga participação das bases. A revista **CONVERGÊNCIA** noticiou e continua noticiando tudo. A Equipe de Reflexão Teológica da CRB preparou um roteiro distribuído em três opúsculos. Certamente Você já os conhece. Se precisar de mais exemplares, peça à CRB Nacional ou à sede de sua Regional. O objetivo que a Diretoria teve ao fazer elaborar este roteiro, foi facilitar o aprofundamento do tema pelas províncias. Assim os Superiores Maiores virão para a Assembléia Geral com moções, propostas e estudos orgânicos, amadurecidos, assentados e concretos.

No Opúsculo nº 1, página 6, no item 4: Dimensão cultural da informação Realidade Brasileira, País/Nação; lê-se: "Meios de comunicação social. Pressão e impacto sobre a cultura brasileira sobretudo em sua faixa popular (imprensa escrita, falada, televisionada, cinematografada)". Neste mesmo Opúsculo nº 1, à página 10, no item 2: Dimensão da evangelização e educação na fé, na informação Realidade Brasileira, a Igreja neste País/Nação, lê-se: "A palavra — oral, escrita, visualizada — que evangeliza". Ainda no Opúsculo nº 1, à página 7, quando apresenta um esquema de avaliação da informação, há, entre outras perguntas, estas duas: "Você leu algum artigo de maior peso de um jornal?

Você acompanha, com certa regularidade, algum destes temas na imprensa diária?"

Gostaria de transcrever aqui um trabalho. Pode não ser "de maior peso". É, todavia, honesto e bem informado. Trata-se de um trabalho do jornalista crítico de televisão, **Artur da Távola**, que apareceu em **O GLOBO**, no dia 25 de novembro de 1976. Comenta a cobertura televisivo-radiofônica dos festejos finais do tricentenário da Arquidiocese do Rio de Janeiro. É este trabalho que Você lerá abaixo. É um leigo que nos faz pensar.

Os meios de comunicação social são o instrumento por excelência no século XX para a evangelização em qualquer sentido em que a palavra for tomada, sobretudo como primeiro anúncio de Jesus Cristo e de sua salvação. Mas uma eficácia que corresponda à eficiência destes meios está a exigir comunicadores capazes de manejar, com amenidade e desenvoltura, a língua e as idéias. Pensar e dizer. Distender a tensão ante o aparente e realmente inefável e indizível do Filho de Deus e da salvação que Ele oferece. O religioso tem que ser um vigoroso homem de Igreja e também um interlocutor leal. Ele precisa sentir que o diálogo, a partir de bases factuais do dia-a-dia, é um dos meios interpsíquicos mais atilados para se compreender e aprender.

Consciência histórica ou abertura aos sinais dos tempos é isto: Deixar-se constantemente questionar pelos fatos e pelos acontecimentos exterior-

res, grandes ou pequenos, de perto ou de longe, que envolvem inevitavelmente toda pessoa que vive a realidade de um mundo-aldeia. Na área dos meios de comunicação social, a XI Assembléia Geral Ordinária Eletiva da CRB poderá chegar a marcos referenciais importantes. Leia agora o artigo do jornalista Artur da Távola, a que me referi linhas acima. Não é para que você o aceite. Mas para que sinta como somos vistos.

4

MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (2)

Eis a íntegra do texto de Artur da Távola, transcrito de **O GLOBO**, 25 de novembro de 1976, página 48:

“A cobertura televisivo-radiofônica da mudança da Catedral Metropolitana para seu novo e belíssimo local; da procissão; das primeiras Missas ali realizadas; das cerimônias em seu altar; do Tricentenário das Dioceses daqui e de Salvador, deixaram muito claro uma realidade: se muito mudou na Igreja Católica do Concílio Vaticano II para cá e essa mudança a tudo arejou, um ponto continua antigo, tradicional e parado: o uso, pela própria Igreja, dos Meios de Comunicação Social. Pelo menos no Rio de Janeiro.

“Para acompanhar a cobertura, além dos escassos minutos dados pela televisão em seus noticiários normais, cheguei a corujar até aquele programa dominical da Cúria Me-

tropolitana. Acordei cedo no domingo e liguei o televisor às 8 e meia da matina, só para ver o que seria dito e mostrado sobre um fato tão grandioso, significativo e importante como o da mudança de uma Catedral e o Tricentenário de uma Diocese intimamente relacionada com a vida do país, pois situada em sua antiga capital.

“Deu para constatar que a cobertura foi muito deficiente, feita com “slides”, como deficiente e amadorístico a mais não poder é todo aquele programa da Cúria Metropolitana aos domingos pela manhã, inclusive a fala do Cardeal D. Eugênio Sales, que é escrita para o jornalismo impresso e jamais para ser lida no vídeo, pois a televisão impõe a necessidade de uma outra linguagem.

“A Igreja Católica possui um dos documentos mais evoluídos e corajosos sobre o uso dos Meios de Comunicação, a “Instrução Pastoral” “Communio et Progressio”, na qual Paulo VI colocou a mais ampla e completa definição do uso dos Meios de Comunicação Social. Sou dos que a leram inteira. Várias vezes. A meu modo, procuro aplicar no dia a dia, de maneira leiga e solidária, inúmeros conceitos, objetivos e finalidades que ali estão como em poucos outros documentos da cultura ocidental, relativos à comunicação.

“Que foi a “Communio et Progressio”? A consagração, por parte da Igreja Católica através do Papa, da importância decisiva dos meios de comunicação social no trabalho de evangelização, mesmo que esta (a.

evangelização) não venha exclusivamente através da Igreja formal e sim do Povo de Deus em geral, vale dizer do homem Cristão que trabalhe nos meios de comunicação ou neles interfira como receptor da comunicação.

“A partir da Instrução Pastoral (1971) “Communio et Progressio” a verdade é que a Igreja no Brasil anda se mexendo para aprimorar a sua relação com os meios de comunicação. Quem verificar a qualidade sempre crescente dos filmes da “Campanha da fraternidade” verificará que a Igreja tenta se aproximar de uma linguagem contemporânea de comunicação.

“Mas ainda está faltando muito! Muito! E alguém precisa falar com franqueza: do ponto de vista técnico de televisão aquele programa dominical da Cúria está vinte anos atrasado. Ele não utiliza a linguagem específica da televisão.

“No rádio dá-se o mesmo. Com exceção do esforço isolado de D. Marcos Barbosa, na Rádio Jornal do Brasil, não há nenhum comunicador da Igreja falando simples e direto para as pessoas. Nenhum outro.

“Não há programas (religiosos ou não) bem feitos, modernos, diluindo a mensagem cristã dentro dos fatos e acontecimentos do dia a dia.

“E se a Igreja Católica estudar com vagar o dial radiofônico carioca vai verificar que ele está repleto de mensagens religiosas de várias outras procedências, algumas delas

muito bem boladas, ativas e vivas, como, por exemplo, a de dois pastores de uma Igreja de Botafogo que fazem um bate-papo diário de seis (ou sete) da manhã às nove, na Rádio Relógio-Federal. Eles aproveitam as horas em que as pessoas consultam a emissora (que não deixa de dar a hora) numa etapa do dia em que muitos se locomovem em seus carros, banham-se e fazem a barba para sair e ficam recebendo o ping-pong dos dois pastores. Eu até que não concordo com algumas coisas que eles dizem (até de eleições norte-americanas falaram e parece que eram meio contra o Carter), mas sem dúvida estão fazendo um belo trabalho de uso vivo e ativo dos meios de comunicação. De Zarur, diga-se o que quiser. Menos que não é um grande comunicador. Julio Lonzada é um dos maiores líderes de audiência, ainda. A Rádio Rio de Janeiro tem corretíssimos programas espíritas.

“A Igreja Católica que vive a mais saudável das crises de sua história; que tem Universidades, Colégios, Escolas, uma tradição cultural profunda e milenar, que já teve os mais brilhantes oradores, que possui os segredos milenares da comunicação através de suas festas, e rituais, a Igreja Católica, eu dizia, pelo menos no Rio, não possui nada bem realizado em matéria de rádio e televisão, salvo, repito, o heróico, bonito e pacificador programa de Dom Marcos Barbosa (sua voz protege e pacifica. Traz paz.) e uma audição para muito pouca gente no maravilhoso programa “Som infini-

to”, de D. João Evangelista Ennoux, na Rádio Mec, aos domingos de manhã cedo, com o Canto Gregoriano. Onde estão os comunicadores da Igreja? Mais que nunca o público precisa deles. O que a Igreja evoluiu no campo editorial, deixou de evoluir em rádio e tv.

“A inauguração da nova Catedral. O significado de cada uma daquelas cerimônias que a gente viu fragmentariamente nos noticiários. A história da velha Catedral. O Museu de Arte Sacra inaugurado (sabiam?) agora. A simbologia da procissão. As novas formas de evangelizar. A tradição. A modernidade litúrgica (de tantas polêmicas); enfim um mundo de temas aí estão para a Igreja os desenvolver de maneira simples e moderna. Temas da mais alta importância, numa hora em que a ânsia do Absoluto e um retorno à religião começam a caracterizar o homem cansado dos dias que correm.

“É claro que tendo sido sábado a procissão, no domingo era impossível já haver uma cobertura naquele programa matinal da Cúria. Vamos ver se nesse domingo o programa dedica-se inteiro ao assunto, esgotando-o, de maneira simples e acessível a todos e se possível profissionalmente apresentado.

“Seja no seu próprio programa. Seja na cobertura habitual dos canais de tevê, a cobertura da inauguração da nova Catedral ficou muito aquém da importância do fato. Eu acho que a Igreja deveria parar para meditar sobre isso. E

começar a realizar uma comunicação tão moderna quanto a nova Catedral”.

5

ANO CINQUENTENÁRIO

A Congregação das Irmãs de Santa Isabel, com sede no Rio de Janeiro e Superiora Geral, Irmã Maria Felicidade Martins, abriu em 8 de dezembro de 1976, o ANO CINQUENTENÁRIO da Fundação com o Capítulo Geral realizado de 10 a 21 de dezembro sob a orientação do canonista, Pe. Bernardino Trevisan, Palotino. Um ano inteiro de especial estudo e conscientização do ser religiosa de Santa Isabel.

6

TEMA DA XI AGO DA CRB

A Sociedade de São Francisco de Sales ou Salesianos de Dom Bosco (SDB) ou simplesmente os SALESIANOS têm no Brasil seis Províncias (chamadas Inspetorias) com sede em Porto Alegre, RS; São Paulo, SP; Belo Horizonte, MG; Campo Grande, MT; Recife, PE; Manaus, AM. A Inspetoria de São João Bosco, com sede em Belo Horizonte e com o Pe. Alfredo Carrara de Melo, como Provincial (Padre Inspetor), organizou, com capricho, o estudo do tema da XI Assembleia Geral em todas as comunidades com um coordenador em âmbito Inspetorial, o Pe. Antônio

Pinheiro Martins, SDB. Podem os resultados não serem os que se esperam. Mas a iniciativa merece aplausos e imitação.

7

REVISTA ESPECIALIZADA

NOVA AURORA é o seu nome. Responsabilidade: Centro de Espiritualidade Marial (Irmãos Maristas). NOVA AURORA já está no terceiro ano de circulação. Conteúdo programado para 1977: **1º volume:** Maria e a Família. É o tempo da Campanha da Fraternidade. **2º volume:** Maria e a Igreja. Tema ligado à renovação no Espírito Santo. **3º volume:** Maria e a Cateque-

se. Já prevê o Sínodo dos Bispos em Roma. **4º volume:** A palavra de Deus sobre Maria hoje. Vale a pena assinar. Comunique-se: Irmão Egídio Luís Setti, FMS. Rua Domingos de Moraes, 2565 / 04035 São Paulo, SP.

8

CEFE PAL

A sigla quer dizer: Centro de Estudos Franciscanos e Pastorais da América Latina. Está com novo Secretário Executivo: Frei Silvério Costella, OFM Cap. Endereço: Rua Machado de Assis, 109 / 25.600 Petrópolis, RJ. Bom êxito e a mesma amizade que caracteriza o relacionamento CRB-CEFE PAL.

EXIGÊNCIAS CRISTÃS DE UMA ORDEM POLÍTICA

N.º 47 — O desenvolvimento integral, que responde às exigências do bem comum, não se mede apenas pelo crescimento quantitativo de valores mensuráveis; ele se mede também e principalmente por valores qualitativos não contáveis. Um povo se desenvolve quando cresce em liberdade e em participação, quando tem seus direitos respeitados ou ao menos dispõe de recursos primários de defesa... Desenvolver-se é participar com equidade nos resultados da colaboração de todos; é poder viver na paz e na fraternidade; é poder alimentar esperanças fundadas de um futuro sempre melhor.

Documento aprovado pela XV Assembléia Geral da CNBB.
Itaici, SP, 8 a 17 de fevereiro de 1977

O BRASIL QUE VIVEMOS.

TENTATIVA DE ANÁLISE

Matias Martinho Lenz, S. J.

**Realidades complexas não se esclarecem
com explicações simples ou com o bom senso
que pode esconder a pura e simples ignorância
da complexidade das coisas ou confundir
causas secundárias com causas principais.**

**A realidade é contraditória, isto é,
submetida a um exame racional revela
coexistência de padrões mutuamente excludentes.**

1. INTRODUÇÃO

1.1 Sociologia e Evangelização

O presente trabalho foi apresentado na VIII Semana de Reflexão Teológica, em São Leopoldo (RS). Edições Loyola o publicou com os demais estudos da ocasião, reunidos no livro "EVANGELIZAÇÃO NO BRASIL HOJE: Conteúdo e Linguagem (Agosto de 1976).

Dentro do processo de preparação da XI Assembléia Geral Ordinária da CRB, foi-me solicitada a autorização de publicá-lo em CONVERGÊNCIA. Isto atenderia ao pedido de vários Provinciais e Religiosos numa linha de iniciação ao estudo e análise de alguns dos temas dos roteiros publicados em CONVERGÊNCIA IX (N.º 94 —

1976) 326-331 e (Nº 96 — 1976) 451-453. Acedi com prazer, convencido de que uma reflexão teológica séria, que ilumine decisões apostólicas como aquelas com que se defrontam as Congregações Religiosas hoje, não pode prescindir de uma análise da realidade. A atenção à realidade social, rigorosamente analisada, pode conduzir a uma teologia mais aderente à realidade.

Como na Semana Teológica, cabe, pois, também aqui em CONVERGÊNCIA, a presença do sociólogo. A pergunta prévia que eu me fazia e que aqui lanço para o leitor é: em que pode contribuir a Sociologia para a compreensão e a prática do anúncio do Evangelho? Antes, pois, de entrar propriamente no tema do meu estudo aqui, quero ocupar-me brevemente em responder a esta pergunta.

1.2 Expectativas contraditórias em torno da sociologia

Paradoxalmente, há em torno da Sociologia dois tipos de expectativas contraditórias que pecam pelo exagero: uns exageram no sentido de esperar demais, outros, no sentido de esperar de menos. Os que esperam demais cercam as revelações da Sociologia de um respeito quase mítico dos dados da ciência e tomam suas conclusões como indicações para a ação. O risco de um relativismo mais ou menos generalizado e total é uma das consequências de uma tal concepção.

Face a tal distorção, é imperioso reafirmar que a Sociologia não pode nem pretende ser **normativa**. O sociólogo busca compreender os fatos, não indicar caminhos para a solução. Para o estabelecimento de normas requer-se mais que a interpretação dos fatos, exige-se uma reflexão sobre princípios e valores, aplicados à situação. Neste passo, é verdade, se mostrará a grande utilidade de um diagnóstico objetivo da realidade existente.

Os que esperam de menos, descreem da Sociologia como ciência capaz de explicar os fatos sociais. Talvez pela incompetência de alguns sociólogos que conheceram ou com uma sociologia identificada com a apresentação de estatísticas ou por temerem o esforço que exige a análise sistemática de uma situação ou a leitura cansativa de extensos relatórios, ou ainda o medo inconsciente de que um conhecimento mais rigoroso da realidade talvez os obrigue a mudar de opinião, os depreciadores da sociologia pouco se importam com os diagnósticos dos cientistas sociais. Preferem, em troca, ficar com suas próprias idéias sobre o assunto. “Basta observar a realidade, julgá-la à luz do Evangelho e agir conseqüentemente”, seria o tipo de **slogan** representativo desta posição.

O risco de tal perspectiva é que na “observação da realidade” a pessoa não supere um nível de conhecimento vulgar e ingênuo desta realidade. Esta falta de rigor no conhecimento da realidade pode levar a juízos equivocados e estratégias de ação ineficazes, quando não desastrosas.

Contra este risco o cientista social pretende contrapor alguma segurança. Em primeiro lugar, ele não se contenta com fatos e estatísticas. Dados estatísticos por si só não constituem sociologia.

Diante de uma tabela que mostra o crescimento da marginalidade numa região ou num país, ele se pergunta: o que significam estes dados? Como se explicam? Tais explicações exigem teorias ou modelos gerais de explicação e hipóteses derivadas destes modelos. As hipóteses exigem verificação metódica, para ver se os dados factuais permitem mantê-las ou impõem a sua rejeição ou modificação.

Em suma, o sociólogo se ocupa em compreender a sociedade de maneira disciplinada, metódica e rigorosa, isto é, mediante a adoção de uma atitude científica frente ao mundo que nos envolve.

1.3 Por que analisar cientificamente a sociedade?

Que razões tem o cientista social para ocupar-se de coisas que aparentemente todo mundo conhece? Duas, pelo menos:

1.^a A realidade social deste nosso mundo é complexa e contraditória. Primeiramente, ela é complexa. No mundo social, tudo depende de tudo, mas não da mesma maneira. Há fatores individuais que levam determinadas pessoas à marginalidade, como há fatores estruturais que fazem com que número crescente de pessoas enverede pela marginalidade por fatores que em outras circunstâncias não teriam le-

vado a isso. Realidades complexas não se esclarecem com explicações simples ou com o bom senso que pode esconder a pura e simples ignorância da complexidade das coisas ou confundir causas secundárias com causas principais. Além disto, a realidade é contraditória, isto é, submetida a um exame racional, revela coexistência de padrões e valores sociais mutuamente excludentes. Um exemplo constituem as discrepâncias entre as intenções e os propósitos proclamados por certos governantes e as suas ações reais. A contradição pode atuar tanto a nível de pessoas quanto a nível do próprio sistema, havendo uma relação dialética entre estes dois níveis.

2.^a As coisas, freqüentemente, não são aquilo que parecem ser(1). Como estamos aparentemente familiarizados com as instituições sociais que nos cercam, percebemo-las de maneira imprecisa e muitas vezes totalmente equivocada. A realidade social apresenta-se como possuidora de muitos níveis de significados, alguns dos quais ocultos à consciência da vida quotidiana. A perspectiva sociológica está orientada para ver além das fachadas das estruturas sociais, ou, para usar uma frase coloquial, para olhar por trás dos bastidores.

Ao engano a que as aparências nos podem levar, somam-se as limitações decorrentes da posição específica que ocupamos no contexto social. Nosso ângulo de observação pode ser prejudicado quanto à sua objetividade, devido a limitações como: experiências do passado, preconceitos da classe social a que per-

tencemos (e com a qual insensivelmente nos solidarizamos), pelas aspirações que alimentamos, etc.

1.4 A mediação necessária das ciências sociais

Estas considerações parecem implicar uma consequência prática para o teólogo e o pastoralista: a mediação necessária das ciências humanas e sociais, como passo indispensável para uma teologia e uma pastoral conscientes e responsáveis.

Esta consequência se torna tanto mais necessária na medida em que nos damos conta de que toda análise teológica e toda ação pastoral parte de uma determinada visão do mundo econômico e social, visão às vezes apenas implícita, frequentemente parcial, quase sempre fragmentária, insegura ou até contraditória. Um sintoma desta insegurança me parece construir a facilidade com que entram em voga, no meio eclesial, novas teorias e novos autores, rapidamente guindados à posição de profetas e com a mesma rapidez relegados ao ostracismo ou ao esquecimento.

A mediação das ciências humanas se impõe ainda de um outro ponto de vista, enfocado, entre outras ciências, pela sociologia do conhecimento. Segundo este ponto de vista, hoje corrente, apreendemos a realidade social dentro dos limites da nossa consciência possível. Isto é, há informações que, por mais bem fundadas que estejam, não passam, não são aceitas nem para discussão. São sumariamente rejeitadas sob os mais variados pretextos. A razão profunda desta rejeição (às

vezes exaltada) de certos dados parece estar mais no campo psico-social que intelectual: indivíduos e grupos tendem a rejeitar aqueles dados que poderiam pôr em risco seus interesses, privilégios ou a própria existência do grupo.

1.5 Os meus pressupostos

Dentro destas considerações metodológicas, quero colocar uma pergunta que o leitor talvez já se tenha feito: não terá o sociólogo também o seu ponto de vista limitado, suas preferências e escalas de apreciação? Com toda honestidade, respondo que sim. Mas creio que também em nome da honestidade, é preciso acrescentar que o cientista social, como aliás todo cientista, impõe aos seus próprios pontos de vista, um certo número de controles, mais ou menos rigorosos, entre os quais estão os seguintes: manifestação clara dos seus pressupostos gerais; observância de uma metodologia precisa e comprovada; exposição das suas conclusões à crítica de outros cientistas sociais; abstenção de formular juízos de valor, enquanto falar como sociólogo, e, não em último lugar, tolerância para com as críticas intolerantes.

Por fim, proponho-me explicitar as premissas que vão guiar esta exposição e que, para mim, dão o verdadeiro sentido de todo esforço de análise social. Formulo assim estas premissas:

1) O objetivo final do desenvolvimento é um autêntico humanismo, isto é, o desenvolvimento do homem todo e de todos os homens; um humanismo integral, que inclui

o transcendente, progressivo na realização, participativo e crítico no processo. Não basta que as metas sejam alcançadas; é decisivo o modo como se chega lá. Disso segue-se que:

2) A questão para aquilatar nosso desenvolvimento não se deverá prender a descobrir de quanto crescemos, mas como, a que custos e em proveito de quem.

3) A escolha dos aspectos a analisar deverá seguir critérios internos e objetivos e não recair apenas sobre aqueles aspectos que podem depois ser comodamente enquadrados em categorias de uma ética evangélica ou da doutrina social da Igreja ou servir de objeto para denúncias proféticas. Tentarei precaver-me contra os pré-julgamentos que não sejam princípios humanistas muito gerais.

2. O BRASIL EM VIAS DE DESENVOLVIMENTO

2.1 O "milagre brasileiro"

O desenvolvimento brasileiro dos últimos 10 anos tem sido chamado de "milagre"(2) e comparado à recuperação da Alemanha e do Japão no pós-guerra. Embora nos seja permitido duvidar da natureza milagrosa do acontecimento, os fatos são inegáveis: o país apresentou nas últimas décadas um crescimento notável. Durante cinco anos (1969 a 1974) sustentou uma taxa anual de expansão da economia em torno de 10%. Em 1974, em que nosso PIB cresceu de 11,4%, só um país conseguiu superar-nos, o Japão. Marcas semelhantes foram alcançadas em variados setores e regiões do Brasil.

Fator preponderante destes sucessos tem sido um processo de racionalização da economia e da sociedade. Desde 1963, ano em que foi lançado o Plano Trienal, produzido por Celso Furtado e sua equipe, mais quatro planos globais foram produzidos e implantados, com êxi-

to crescente, devido à forte sustentação política que estes últimos 4 receberam.

O planejamento como processo generalizou-se em todos os níveis, tanto no setor público, como no setor privado, em âmbito regional, estadual e setorial.

Em 1971 uma lei institucionalizou o orçamento pluri-anual, tornando-o obrigatório para todos os órgãos e empresas públicas. Criaram-se grandes empresas públicas de prestação de serviços (Embratel, Eletrobrás, Nuclebrás, etc.), reformou-se o setor financeiro e creditício; foram criados e consolidados diversos órgãos destinados a garantir a eficácia da política governamental em setores como o econômico-financeiro (criação do Banco Central e reforço do Banco do Brasil), o setor habitacional (BNH), o de investimentos de desenvolvimento (fortalecimento do BNDE) e outros. Foram criadas e implantadas reformas básicas em vários se-

tores: reforma monetária, reforma administrativa, reforma do ensino superior, reforma do ensino de 1.º e 2.º graus, e outras.

No governo Médici, o país se lançou num gigantesco esforço de conquista e ocupação da Amazônia e do Centro-Oeste, e em outra frente, numa campanha nacional pela alfabetização.

Mais recentemente, o atual governo tomou medidas destinadas a enfrentar a crise econômica mundial, em particular a crise energética, assinando para este fim um Acordo de Cooperação Nuclear com a República Federal da Alemanha. No campo institucional, na esteira do II PND, Plano Nacional de Desenvolvimento, criaram-se os Conselhos de Desenvolvimento Econômico e de Desenvolvimento Social, um sistema nacional de indicadores sociais, que sistematiza um acompanhamento de resultados na área social, visando atender aos problemas de desenvolvimento social (população, saúde, alimentação, habitação, emprego, etc.).

No setor externo continua a luta para equilibrar nossa balança de pagamentos seriamente abalada pelo aumento vertiginoso dos preços internacionais do petróleo.

Esta lista de realizações é incompleta, meramente indicativa. Falta nela sobretudo o esforço de milhões de brasileiros, trabalhadores e funcionários, profissionais de todos os níveis e especializações, homens e mulheres, jovens e velhos, grupos e associações, clubes de serviços e iniciativas comunitárias que neste Brasil de dimensões continentais, tão

variado e contrastante, se empenharam para tornar este país uma terra melhor para se viver, uma pátria para todos.

2.2 Interpretações do nosso modelo

Infelizmente, nosso país não é a mesma pátria para todos. A análise do nosso modelo de desenvolvimento revela um país muito diferente do Brasil-potência projetado por alguns ou de uma pátria para todos, sonhada por muitos.

Começemos pelo mais global: nosso modelo de desenvolvimento. Como defini-lo?

Em consonância com os nossos propósitos nesta abordagem de conservar a lucidez hermenêutica, impõe-se a pergunta quanto ao método: que interpretação adotar? A maior parte da literatura sobre nosso desenvolvimento não se ocupa explicitamente da questão metodológica. Tentando ordenar um pouco este material, eu o classificaria em três tipos de visão ou interpretação da realidade:

1.º) As interpretações **ufanistas**, do tipo vulgar, superficiais ou assistemáticas: são livros cheios de dados descritivos, mas com minguadas análises; com críticas ou elogios pouco fundamentados, por falta de esquemas coerentes de análise. Nesta categoria coloco a literatura de divulgação de tendências laudatórias, no estilo de "O Milagre Brasileiro", de Murilo Mello Filho. Este tipo de literatura, a meu ver, pouco ajuda a quem quer entender

o Brasil, uma vez que passa ao lado dos seus verdadeiros problemas.

2.º) Um segundo grupo de estudos sobre o Brasil é do tipo que eu chamaria **funcional-pragmático**. São análises ordenadas e lógicas, de bom nível teórico. Sua preocupação central está orientada para a análise da racionalidade interna do sistema vigente. Põe perguntas como estas: Como funciona o nosso sistema? Onde se localizam suas incongruências? Que estratégias podem aumentar a racionalidade e o bom funcionamento do sistema?

Nesta categoria está a maior parte dos estudos ligados ao "establishment" no Brasil, ao governo e às empresas, estudos e relatórios voltados para a ação e a tomada de decisão. Como exemplos colocaria autores como Carlos Langoni, Mário H. Simonsen e Arnaldo Niskier, as publicações da APEC e do Ministério do Planejamento.

3.º) Um terceiro grupo compõe-se de análises do tipo **histórico-estrutural**. São estudos fundados em teorias, mas que não se contentam

em analisar a lógica do sistema. Insistindo mais nas contradições do modelo capitalista de desenvolvimento, perguntam se tal sistema não é de fato lógico só para alguns, mas ilógico para a maioria. São estudos críticos, que não crêem na inevitabilidade da atual ordem econômica.

Perguntam-se sobre as alternativas ao atual sistema, que implicam em transformação mais ou menos profundas. Seus autores em geral não são homens ligados diretamente ao "establishment"; são intelectuais, professores e pesquisadores, autônomos ou ligados a universidades ou centros de pesquisa. Como exemplos citaria Fernando H. Cardoso, Celso Furtado e Florestan Fernandes.

A análise que se segue, embora use diversos dados elaborados por autores do segundo tipo, orienta-se pela linha de análise histórico-estrutural. Valendo-me de conceitos e interpretações desta linha de análise, vou tentar brevemente descrever nosso modelo, para, numa segunda etapa, analisar algumas de suas implicações.

3. O MODELO BRASILEIRO

O modelo brasileiro de desenvolvimento pode ser caracterizado como um modelo de desenvolvimento capitalista periférico, concentrador, dependente e associado, sob um regime burocrático-autoritário.

Vou explicar, a seguir, cada uma destas noções.

3.1 Um desenvolvimento capitalista

Talvez a convivência diária com o sistema capitalista, que constitui o grande molde dentro do qual se processa nosso desenvolvimento, nos tenha tirado a capacidade de distanciamento crítico em relação ao

mesmo. O fato de nos situarmos numa posição relativamente confortável no sistema talvez nos converteu, insensivelmente, em seu aliado. Por isso, creio que tem sentido nos perguntarmos: afinal, o que é essencial ao sistema capitalista? Em poucas palavras, e omitindo qualificações, responderíamos: é a hegemonia do capital sobre o trabalho. As decisões sobre o quê, como, quanto e para quem produzir, não estão nas mãos dos que trabalham, seja qual for o seu posto na empresa, mas em última análise nas mãos dos que detêm a posse do capital. Além disso, o motor principal do processo é o lucro, atribuído aos donos do capital. Na sua encíclica *Populorum Progressio*, de 1967, Paulo VI descrevia assim o capitalismo do tipo liberal: "...um sistema que considerava o lucro como motor essencial do progresso econômico, a concorrência como lei suprema da economia, a propriedade privada dos bens de produção como direito absoluto, sem limite nem obrigações sociais correspondentes"(3).

O sistema modificou-se em vários pontos, mas pergunto: mudou-se o bastante para já não ser capitalismo? As modificações introduzidas levaram alguns a chamá-lo de neo-capitalismo; tais modificações são sobretudo os controles introduzidos pelo Estado para proteger os trabalhadores e o bem comum contra os excessos do capitalismo. Mas sabendo-se dependente das grandes empresas, o Estado oferece, por outro lado, uma série de garantias e vantagens, para propiciar lucros

compensadores, sem os quais o capital emigra.

Somos capazes de imaginar o que seria o Brasil governado por outro sistema? O que seria o Brasil transformando-se lentamente numa república cooperativista, como está hoje acontecendo em nossa vizinha Guiana, denominada de "República Cooperativista", em que a posse dos bens de produção está passando às mãos dos trabalhadores e dos funcionários das empresas, sendo o capital considerado apenas um fator de produção, ao qual se paga juro limitado e que fica sujeito ao trabalho, organizado de forma cooperativa?

O processo em andamento no Brasil vai em direção oposta. Depois de uma longa tradição de capitalismo agrário-mercantil, primeiro como colônia, depois país independente, o Brasil entrou, a partir sobretudo de 1930, num processo de industrialização. Tratamos primeiro de substituir nossas importações produzindo nós mesmos grande parte do que antes comprávamos. Mas este modelo, em parte, se esgotou, lá por volta de 1960, contribuindo para gerar uma crise que achou solução em 1967-68, com o ingresso do Brasil numa nova fase do seu desenvolvimento. Esta fase, a atual, se caracteriza pela incorporação cada vez mais firme do Brasil no sistema capitalista mundial. Reestabilizados politicamente, voltamos a merecer a confiança do grande capital internacional, que passou a admitir-nos como sócio do seu clube, embora como sócio menor, periférico e dependente.

3.2 Desenvolvimento capitalista periférico

Quem são os atores em jogo, no cenário-capitalista mundial? Basicamente três: as nações centrais, o chamado 1.º mundo, constituído sobretudo pelos EUA, pelas nações do MCE e pelo Japão; as nações periféricas, o chamado 3.º mundo, constituído pelas nações ditas subdesenvolvidas da África, da Ásia e da América Latina; e terceiro, as corporações multinacionais, com sede nas nações centrais, mas que estendem sua ação por todos os continentes, inclusive para dentro da esfera socialista.

A atual fase de expansão do capitalismo, ao qual nos agregamos, embora tardiamente, apresenta duas características fundamentais: a concentração de capitais e a internacionalização dos mercados e da produção(4). Estes dois processos se combinaram para dar origem a uma economia internacional, que não deve ser confundida com a soma das economias nacionais do sistema capitalista. A economia internacional são os bens das empresas multinacionais. É constituída pelas unidades de produção e pelos mercados destas empresas, que atuam por cima de fronteiras e de interesses nacionais.

A importância deste ator mundial, parece crescer a cada dia que passa, apesar de haver muita gente contra ele, tanto nos países de origem como nos países de penetração.

Seu potencial pode ser avaliado pelo fato de que o conjunto de sua produção é superado em valor ape-

nas pela produção das economias domésticas dos EUA e da União Soviética(5). Seu crescimento já se transformou no fenômeno mais importante da economia mundial depois da segunda grande guerra. Estas empresas, chamadas também transnacionais, policêntricas ou "pulgas", caracterizam-se pelo seu gigantismo. A maior de todas, a GM (norte-americana), teve em 1973 vendas no valor de 35,8 bilhões de dólares — ano em que o orçamento nacional brasileiro alcançou apenas 19 bilhões de dólares. Além disto, para ser considerada multinacional a empresa deve operar em pelo menos 20 países, fazer negócios de pelo menos 1 bilhão de dólares ao ano, realizando pelo menos 1/4 dos seus negócios fora do seu país de origem.

No Brasil, as multinacionais constituem sócio majoritário do jogo econômico, ao lado do governo e das empresas privadas nacionais. A sua atuação constitui assunto controverso, tendo sido objeto de duas CPI da Câmara Federal, uma em 1968 e outra em 1975. Estas empresas estão fortemente implantadas no país, embora nos últimos anos seu número, entre as 100 maiores empresas do país, tenha diminuído um pouco, face ao crescimento das empresas estatais. Em 1974, entre as 100 maiores empresas no Brasil (excluídos bancos e financeiras), 45 eram estatais, 28 eram nacionais e 27 estrangeiras, segundo a revista "Visão" (*Quem é Quem, 1975*)(6). Entre as 200 maiores, 55 são estrangeiras encabeçadas pela Light, Volkswagen, Souza Cruz, Mercedes Benz, Ford, Rhodia, Pirelli, Shell,

GM e Philips. De acordo com a mesma fonte, no entanto, foram as multinacionais que apresentaram o maior índice de lucratividade, no mesmo ano: as estatais com 11,28%; as nacionais com 18,4% e as estrangeiras com 20,41%. Esta rentabilidade maior das empresas estrangeiras deve ser atribuída não só a fatores de maior eficiência, mas também a vantagens de que gozam tais empresas: concentração em setores de tecnologia de ponta (metais, máquinas e materiais de transporte), facilidades de crédito, isenções fiscais, etc.

No Brasil, as empresas multinacionais de fato só têm concorrentes nas empresas estatais. As empresas privadas se queixam da concorrência desleal destas empresas.

Depois que penetraram no país, as empresas multinacionais cuidam de sua expansão, num processo que pode ser abreviado pela compra de empresas nacionais. Muitas empresas são forçadas a se associarem ao capital estrangeiro, debilitadas pela concorrência que os oligopólios internacionais lhes movem por expedientes como: fixação de salários acima das possibilidades das empresas locais, a facilidade de obterem recursos financeiros e humanos, no país ou no exterior, a vantagem que levam ao transferirem tecnologias prontas, recebidas de suas matrizes face à necessidade das empresas nacionais de terem que pagar pelo uso das patentes industriais ou de terem que produzir sua própria tecnologia.

As empresas públicas brasileiras não constituem concorrentes efetivos para estas empresas, de vez que operam em setores diferentes

da economia, sobretudo no de serviços públicos e industriais de base. Pelo contrário, o Estado Brasileiro tem entrado em associação com o capital estrangeiro para empreendimentos comuns ("joint-ventures"), como por exemplo a associação entre a Vale do Rio Doce e a US Steel, para a exploração do minério de ferro da Serra dos Carajás.

O governo brasileiro favorece além disso as empresas multinacionais, porque elas souberam tornar-se na prática indispensáveis, face ao modelo de desenvolvimento adotado pelo país. De uma declaração feita a 30-9-75 pelo Ministro de Minas e Energia, Shigeaki Ueki, ante a Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga a ação das multinacionais, tiramos o seguinte: "Esse é o momento para se fazer um esforço ainda maior no sentido de atrair capital estrangeiro, pois foi graças à entrada maciça de recursos externos que o país conseguiu assegurar seu alto nível de desenvolvimento. . ."(7).

As multinacionais de fato oferecem ao nosso país alguns recursos de que carecemos: capitais, know-how tecnológico e gerencial, além da criação de empregos e estímulo ao surgimento de subsidiárias. Isto são algumas vantagens. Mas elas compensam os riscos?

Estes riscos não são poucos nem de pequena monta.

O principal deles é apontado por Luciano Martins, em seu livro "Nação e Corporação Multinacional": ela passa a atuar como um ator político autônomo, por cima e por vezes contra os interesses das nações,

subtraindo-se ao controle dos governos tanto dos países de origem quanto dos países de penetração(8). Para estas corporações, a nação perde sua realidade política própria e passa a ser vista apenas como mercado. Impelido pelo motor que mantém em andamento o sistema capitalista, o interesse pelo maior lucro, os conglomerados multinacionais passam a transferir recursos de um ramo para outro, de uma filial para outra, de um país para outro, a partir de uma estratégia global de expansão que em grande parte escapa aos mecanismos teoricamente auto-reguladores do mercado.

Nada há na moral de uma empresa multinacional que a impeça de influir nas decisões dos países, visando assegurar seus próprios interesses. Recentemente ficou famoso o escândalo provocado pelo suborno da Companhia Petrolífera Gulf pago a vários governantes latino-americanos em troca de vantagens fiscais. Mais vasto e conhecido ainda foi o caso da "Lockheed" tão noticiado no decurso de 1976. Entre as práticas correntes que as grandes corporações realizam no campo do comércio internacional, constata-se as seguintes, de acordo com um outro estudo de L. Martins:

1) transações intra-corporação, por valores que podem independender dos preços de mercado;

2) subsídios cruzados, prática que consiste em transferir recursos acumulados de um setor, filial ou país, para outro, a fim de subsidiar perdas, iniciar atividades ou expandir as já existentes em setores ou

filiais que ganham prioridade na estratégia global da corporação;

3) uso do seu poder financeiro para pressionar governos: o volume dos recursos financeiros em poder das 200 maiores multinacionais era, em 1971, duas vezes superior ao total de reservas internacionais de todos os países industriais juntos, o suficiente para produzir uma crise financeira internacional de primeira grandeza (de acordo com a opinião da Comissão de Tarifas dos EUA(9).

Estas considerações, embora ainda fragmentárias, serviram para mostrar que o fator de maior dinamismo e poder do capitalismo moderno, as corporações multinacionais, age como um verdadeiro poder autônomo, desafiando o poder e os interesses de povos e nações. O problema não está, contudo, em fazer com que as multinacionais deixem de ter poder político, mas como tornar tais atores politicamente responsáveis, isto é, de como controlá-los efetivamente. Os nossos governos têm poder de barganha e vontade política de impor controles efetivos a estas corporações?

3.3 Desenvolvimento capitalista concentrador e dependente

A população do mundo capitalista está formada, hoje em dia, por 2,5 bilhões de indivíduos. Desse total, cerca de 800 milhões vivem nos países considerados centro do sistema e 1,7 bilhões nos países de periferia(10). Embora constituam apenas 32% da população, os países centrais usufruem de 83% de toda

a riqueza do mundo capitalista, ficando os outros 68% da população com 17% da renda(11).

Mais grave que esta concentração de riqueza e do poder esmagador que ele acarreta é a constatação de que a defasagem que separa as nações ricas e pobres tende a aumentar. Ao fazer o balanço da década do desenvolvimento 1960-70, U Thant, então secretário-geral da ONU, fazia a melancólica constatação que no período em consideração, embora todos os países tivessem crescido este crescimento fora muito desigual: enquanto os países desenvolvidos haviam aumentado anualmente em média de US\$ 100 sua renda per capita, os países subdesenvolvidos, em média, haviam acrescentado apenas US\$ 5 à sua já tão minguada renda.

Se extrapolarmos as tendências atuais para o futuro, as perspectivas não são nada animadoras. No seu segundo informe ao Clube de Roma, intitulado **Momento de Decisão**, os cientistas M. Mesarovic e E. Pestel, usando uma abordagem holística para a análise do futuro das nações, projetaram o porvir da humanidade a partir de vários cenários ou conjuntos de variáveis. O primeiro cenário faz uma previsão tomando por base o atual padrão de desenvolvimento mundial. Os resultados desta previsão são inquietantes. Os dois cientistas escreveram: "O fosso econômico entre as nações ricas e pobres não só não diminuiu, como aumenta consideravelmente em termos de coeficientes e aterradoramente em termos absolutos"(12).

Segundo a sua projeção, a diferença entre as rendas per capita médias, dos países industrializados ocidentais em relação aos países da América Latina, por exemplo, irá aumentar de 5 por um para 8 por um, nos próximos 50 anos. E concluem: "As tendências e atitudes atuais parecem estar fortemente contra o estreitamento (do fosso). As crises inerentes ao fosso econômico são nitidamente não apenas persistentes, mas estão piorando"(13).

Os dois conhecidos cientistas apresentam mais duas alternativas, uma supondo ajuda contínua (dos ricos aos pobres) e a outra supondo também ajuda substancial mas retardada. A ocorrência destas alternativas exigiria drásticas mudanças no quadro político mundial. Os dois porta-vozes do Clube de Roma manifestam sérias dúvidas sobre a possibilidade de a força de vontade política das nações desenvolvidas ser dirigida no sentido da mudança.

A situação brasileira, analisada sob o ponto de vista da concentração da riqueza, revela desequilíbrios semelhantes à diferença entre ricos e pobres no plano mundial. Dentro do Brasil existe um país rico e outro país pobre. As análises sobre a má distribuição de renda do Brasil são conhecidas e admitidas, com ressalvas, pelos próprios defensores do sistema(14), embora estes lhes dêem outra interpretação.

Os dados revelam não só a má distribuição, mas uma tendência a uma concentração cada vez maior. Assim, os 5% mais ricos no Brasil, que em 1960 dispunham de 27,7% da renda global, melhoraram sua

posição, passando a dispor em 1970 de 34,9%. Os 20% mais bem aquinhoados dispunham, em 1960, de 54,3% da renda, passando a dispor, em 1970, de 62,2%. No outro extremo, estão os 80% mais pobres do país que recebiam em 1960, 45,6% da renda, mas que pioraram sua posição relativa, baixando para 37,7% no fim da década. Há pouca evidência, apesar de alguns esforços do governo neste sentido, que esta tendência tenha se modificado.

Isto significa que, quem é rico no Brasil, tem muita chance de se tornar cada vez mais rico; e quem é pobre de permanecer pobre ou de ficar mais pobre ainda.

É em função dos grupos numericamente reduzidos de alta renda que se organizou um mercado de produção e consumo de bens duráveis e de alta sofisticação. Os padrões de consumo destas classes, ao mesmo tempo em que expandem a atividade econômica entre nós, aumentam também a nossa dependência. O mecanismo funciona aproximadamente da seguinte forma: a existência destes grupos, constituídos pelos 5% mais ricos, e seguido mais de longe pelos 15% seguintes, e que dispõe de 62% da renda nacional, como vimos, conduz à fabricação de bens sofisticados que requerem tecnologia avançada, com oferta de novos produtos, novos padrões e novos modelos. O monopólio desta tecnologia é mantido pelos consórcios internacionais. As exigências deste mercado, o mais dinâmico do país, amplia a necessidade de investimentos externos, sobretudo de importações tecnológicas (de equipamentos e direitos de fabricação de

novas marcas); estes investimentos aumentaram a nossa dependência e a necessidade de aumentarmos as exportações para financiarmos as importações e pagarmos nossas dívidas(15). Os padrões de consumo destas classes altas se orientam pelos padrões de consumo prevalentes nos países ricos, não pelas possibilidades reais do nosso país, na atualidade.

Para a maioria, acena-se com a esperança de que também eles passarão a fruir dos benefícios do progresso, no dia em que o desenvolvimento se generalize. Mas há aí uma contradição: as crises do mundo capitalista parecem indicar que o atual padrão de consumo talvez não poderá ser mantido nos países centrais e com maior razão, não poderá ser estendido às massas populacionais dos países periféricos. A idéia da generalização do desenvolvimento do consumo em massa constitui um mito, aliás habilmente explorado pelos países ricos do centro e pelas minorias ricas dos países periféricos, para justificarem seus privilégios e o caráter predatório do processo econômico por elas liderado.

“Pretende-se, escreve Celso Furtado, em **O Mito do Desenvolvimento Econômico**, que o standard de consumo da minoria da humanidade, que atualmente vive nos países altamente industrializados, é acessível às grandes massas da população em rápida expansão que formam o terceiro mundo”(16). Esta pretensão se baseia em suposição falsa, isto é, de que a fronteira externa do sistema econômico é ilimitada. Recentes estudos, como o 1.º

Relatório para o Clube de Roma (**Os Limites de Crescimento**), se encarregaram de desmentir esta suposição. O estudo mostrou que a generalização das atuais formas de vida dos povos ricos elevariam de tal forma a pressão sobre os recursos não renováveis e a poluição do meio ambiente (ou, alternativamente, o custo do controle da poluição seria tão elevado), que o sistema econômico entraria necessariamente em colapso.

O uso predatório dos recursos naturais depende da orientação geral que vem sendo impressa ao processo de desenvolvimento. A concentração da renda no centro do sistema, e dentro dos países subdesenvolvidos, nos estratos altos da população, agrava a pressão sobre os recursos. Com efeito, se a renda fosse mais bem distribuída, o crescimento dependeria menos da introdução de novos produtos finais, e mais da difusão do uso de produtos já conhecidos, o que significaria em mais baixo coeficiente de desperdício(17).

Embora a pressão sobre os recursos internos no Brasil não seja ainda crítica, em vista das reservas de terras ainda não ocupadas e da existência de enormes potenciais de riquezas, o uso predatório dos recursos e a degradação do meio ambiente das nossas metrópoles está a indicar que o sonho da generalização de um estado de bem-estar para todos está seriamente ameaçado.

Enquanto isto uma minoria está usufruindo desproporcionalmente do esforço de todos. O modelo de desenvolvimento mantido no país e

que beneficia uma minoria, tem como efeito agravante a sustentação de uma série de laços de dependência em relação aos países centrais. Mencionemos algumas dessas formas de dependência: o endividamento externo, a dependência tecnológica, política e cultural. Ressaltamos uma: o endividamento externo. Nossa dívida externa líquida (formada pela diferença entre a dívida externa bruta e as reservas) vem num crescendo contínuo desde 1965, registrando já uma cifra de 6 bilhões de dólares em 1972 (para um PIB de 46 bilhões de dólares). Em 1974 nossa dívida deu um salto para 12,1 bilhões de dólares e no corrente ano nossa dívida passará a 17,8 bilhões de dólares. Examinando a origem desta dívida, saltam aos olhos dois itens: petróleo — e máquinas, aparelhos, material elétrico e de transporte. Só o 1.º destes itens, o petróleo, foi responsável por 41% das dívidas contraídas pelo Brasil no ano passado. Esse petróleo vem alimentar uma frota de alguns milhões de automóveis que servem ao transporte individual extremamente dispendioso de uma minoria. Consta que 60% dos carburantes gastos no Brasil servem para acionar carros particulares. Enquanto isso o transporte coletivo, sobretudo para massas urbanas e que seria um bom sistema ferroviário, foi totalmente relegado em benefício do transporte rodoviário, sabidamente mais caro, mas certamente também mais lucrativo não só para as indústrias automobilísticas, mas também para os empreiteiros de estradas de rodagem e de toda uma infra-estrutura de pontes, elevados e vias expressas voltadas

sobretudo ao transporte individual. Em suma, enquanto alguns usufruem, todos acabam pagando pela dívida contraída, num processo de apropriação individual dos benefícios e socialização dos custos.

3.4 Um desenvolvimento associado

Para tornar mais fácil sua penetração e assegurar a sua ocupação nos países periféricos, as grandes corporações tratam de associar-se das mais variadas formas, tanto com empresários nacionais como com o Estado.

A tendência é para que o empresariado local se torne um sócio menor das empresas estrangeiras, garantindo desta maneira a sua sobrevivência. Chama-se este processo de incorporação de "joint-venture". Este processo foi incentivado no Brasil, sobretudo a partir do governo Costa e Silva, sob a alegação de que era preciso atrair capitais estrangeiros (os assim chamados capitais de risco) para colaborarem no nosso desenvolvimento. E eles vieram, muitas vezes para salvar firmas à beira da falência, também para o RS. Segundo uma fonte da nossa imprensa diária(18), durante os primeiros sete meses do ano passado 26 firmas gaúchas haviam negociado sua venda ou associação a grupos de fora do Estado, dos quais 17 eram grupos estrangeiros. Entre as firmas vendidas no ano passado estão a Vinhos Dreher, vendida à Heublein, EUA; Elevadores Sur, vendida à Fujitec, do Japão; o grupo Synteco comprado pelo Grupo Peixoto Castro do Rio; Kalil Sehbe, associada à Misui, Japão; Banco

Crefisul, associado ao City Bank dos EUA; o Hotel Plaza, associado ao Grupo Bradesco de São Paulo, e a Metalúrgica Silver, comprada pelo grupo Ataka do Japão.

A associação ao capital estrangeiro traz uma série de facilidades econômico-financeiras: transferência de tecnologia pronta do exterior, fácil acesso ao crédito dos bancos ligados a esses grupos, facilidade para as exportações aos mercados sob controle destas empresas, entre outras.

Mas com estas facilidades entram as desvantagens para o país; por exemplo: a inadequação de muitas destas tecnologias para o nosso estágio de desenvolvimento. Precisamos de tecnologias que empreguem muita mão-de-obra, fator abundante entre nós; estas empresas, visando sobretudo aumentar os seus lucros, usam tecnologias intensivas de capital e poupadoras de mão-de-obra.

Por estas vias, o empresariado local se desnacionaliza: tende a fazer seus os interesses da empresa multinacional. Em outras palavras, tende a olhar o próprio país não enquanto nação mas enquanto mercado. Concretamente isto significa, por exemplo, sacrificar objetivos de longo prazo pelos de curto prazo e de natureza eminentemente especulativa.

No atual estágio do capitalismo, dominado pelas multinacionais, os recursos humanos e naturais do país são destruídos ou empenhados no exterior em troca da ostentação aqui e agora de um pequeno grupo que se constitui uma classe dominante(19).

Será que a desnacionalização é o preço a ser pago pelos países de desenvolvimento capitalista tardio e dependente para atravessar a barreira do subdesenvolvimento? Esta tese, que não é de hoje, merece várias críticas. Por exemplo, o fato comprovado de que entre 30 e 90% dos recursos utilizados para a expansão das empresas multinacionais fora dos seus países de origem são constituídos pela apropriação por essas empresas da poupança local dos países em que operam(20).

Os efeitos negativos da desnacionalização levaram vários países latino-americanos, particularmente as nações do Pacto Andino, a adotarem medidas corretivas no processo. Outros países, entre os quais o Brasil, não põem limitações substanciais à entrada e saída de capitais (além da preservação dos monopólios estatais já existentes), à desnacionalização do setor privado ou à livre operação das empresas.

3.5 Sob um regime burocrático-autoritário

Por fim, chegamos ao terceiro sócio-empendedor do desenvolvimento do Brasil, o Estado Brasileiro.

Como descrever, em traços essenciais, o nosso Estado? Vou chamá-lo, na linha das análises políticas de G. O'Donnell, de uma forma moderna de dominação autoritária ou de uma burocracia autoritária(21). Dentro desta tipologia, o Estado Brasileiro se distingue de três outros tipos de autoritarismo:

a) o autoritarismo tradicional de base fundamentalmente agrária, como foi nosso regime da Velha República;

b) o populismo, como foi o regime imediatamente antes de 1964; e

c) em direção quase oposta, o fascismo.

A burocracia autoritária modernizante surgiu no Brasil depois de 1964, e mais tarde no Uruguai e no Chile. Como características definitórias da Burocracia Autoritária, típica do Brasil de hoje, indicarei as seguintes:

1) apareceu depois e em larga medida em consequência de um período de forte ativação política do setor popular, sobretudo urbano;

2) as posições superiores do governo costumam ser ocupadas por pessoas que acedem a elas depois de exitosas carreiras em organizações complexas e altamente burocratizadas, as Forças Armadas, o Estado mesmo, grandes empresas privadas;

3) é um sistema de exclusão política, no sentido em que procura fechar os canais de acesso ao Estado ao setor popular e seus aliados, assim como desativá-lo politicamente não só mediante o uso da repressão, mas também por meio do funcionamento de controles verticais (corporativos) do Estado sobre os sindicatos;

4) é um sistema despolitizante, no sentido de que pretende reduzir questões sociais e políticas públicas a problemas "técnicos", a serem resolvidos mediante a integração en-

tre as cúpulas das grandes organizações (Estado, empresas nacionais e empresas estrangeiras);

5) é um sistema economicamente excludente, no sentido de que reduz e posterga para um futuro não muito preciso as aspirações de participação econômica do setor popular;

6) por fim, é um sistema que melhor serve à presente etapa do desenvolvimento brasileiro, que constitui um processo de aprofundamento do capitalismo, periférico e dependente(22).

A nossa burocracia autoritária surgiu numa primeira etapa, pela associação entre o Estado brasileiro e o capital internacional. Para obter a confiança do mundo capitalista e o o.k. do FMI, o Estado decidiu desmobilizar drasticamente o setor popular, adotar controle rígido sobre os salários, mostrar-se pouco sensível às reivindicações das empresas privadas brasileiras: em suma, provar às corporações multinacionais, que seus investimentos não só estariam seguros por um tempo previsível, mas que seus lucros estariam assegurados(23).

Só numa fase posterior, que coincide aproximadamente com o início do governo Médici, formou-se o trio, com a admissão da burguesia nacional ao consórcio com a burguesia internacional e com o Estado. O atual Estado brasileiro constitui assim a expressão dos grupos empresariais e das classes sociais que lhe dão apoio; isto é, ele é a expressão do setor moderno das empresas, nacionais e estrangeiras, e do setor dinâmico da classe média. Segundo F. H. Cardoso, são criadores do

atual Estado, "o setor da burguesia empresarial que se organizou na Grande Empresa e os setores da classe média que se escudam no Estado Empresarial e na Grande Empresa, inclusive e principalmente os militares, que assumiram como missão própria alcançar e defender o desenvolvimento capitalista"(24).

Comentemos alguns aspectos deste modelo.

Primeiro, que a facção hegemônica dirigente destes grupos é constituída pelas Forças Armadas, especialmente pela alta oficialidade do Exército Brasileiro. São eles que detêm efetivamente o poder político no Brasil hoje. Isto se vê com toda evidência sempre que se trata de escolher o sucessor para o Presidente da República: a solução sempre tem surgido do setor militar, uma espécie de árbitro supremo ou poder moderador do regime. A burocracia civil ficou com a administração dos negócios correntes do Estado, formando-se assim uma coalizão civil-militar.

Segundo, com a nova configuração do poder, o relacionamento entre o Estado e a Sociedade passa pelas organizações burocráticas (públicas e privadas). Os interesses da sociedade civil passam a existir dentro do Estado burocrático. É a burocratização política ou a politização da burocracia. Burocratas do governo passam a tomar decisões de alto teor político, sob a alegação de ser uma decisão meramente técnica, ditada por critérios de racionalidade. A pergunta que surge espontaneamente é a seguinte: que função resta para as instituições tradi-

cionais da democracia representativa: os partidos, as eleições, ou a forma federativa do Estado? Na prática registramos o esvaziamento das eleições, a redução da autonomia dos Estados, o cancelamento do habeas corpus, a persistência de um poder de arbítrio enfeixado nas mãos do Comando Supremo da Revolução, institucionalizado no AI-5, paralelo ao direito que emana da Constituição, e de fato superior a este, que, no limite, transforma os outros Poderes da República (o Legislativo e o Judiciário), supostamente iguais e harmônicos, em poderes subordinados ao Executivo, em instituições de funções convalidatórias ou meramente decorativas do regime. Nada mais revelador desta situação que o papel de fato exercido pelo Partido oficial, a ARENA: em vez de dar suporte ao governo e conteúdo ao seu programa, é o governo que sustenta a ARENA, lhe fornece um programa e lhe transmite palavras de ordem.

Uma terceira observação se prende à justificação ideológica da Burocracia autoritária e da hegemonia do poder militar, justificação baseada na concepção geopolítica do mundo. No campo internacional, ela se prende à teoria de guerra fria, que divide o mundo entre o Ocidente livre e democrático liderado pelos EUA e o Oriente, dominado por um regime ditatorial, encabeçado pela União Soviética; e a concepção correlata de existência de um estado latente de guerra interna. A guerra fria foi redefinida, as fronteiras ideológicas modificadas: de que forma deverá modificar-se um regime autoritário con-

cebido em função da guerra fria e de guerra subversiva, quando mudaram os inimigos externos e internos?

Por fim, uma observação sobre nossa política externa: o aparecimento de novos blocos de poder no Mundo Ocidental, sobretudo o bloco dos países do MCE e do Japão, bem como organizações de países exportadores de matérias-primas, como a OPEP, fez surgir uma chance inédita para o Brasil no sentido de uma renegociação da sua dependência. A negociação do Acordo de Cooperação Nuclear com a RFA, contrariando interesses de empresas norte-americanas, parece constituir um sinal indicador de uma nova fase nas nossas relações exteriores, e o declínio da política de subserviência à Potência Líder do Ocidente, os EUA.

Entretanto, este sinal deve ser entendido de acordo com seu real significado. Com efeito, a política de "não-alinhamento automático" exprime nossa exigência de sermos reconhecidos como sócios pelos Centros Metropolitanos. Isto é, o Brasil pretende subir dentro da atual ordem, o que supõe evidentemente a conservação desta ordem. Em outras palavras, o Brasil, por sua política de Grande Potência, se solidariza com a atual ordem econômica mundial, visando tirar os maiores benefícios dela para si. Esta política nos coloca em divergência com a luta em que está metida hoje a maioria das nações subdesenvolvidas: a pressão por uma nova ordem econômica mundial. A decisão dos países da OPEP tomada na reunião preparatória de abril

de 1975, expressou a sua recusa em limitar a sua discussão com os países desenvolvidos à questão do petróleo e a separar o petróleo das outras questões, tais como as matérias-primas e os preços dos artigos, nos quais estão envolvidos todos os países em desenvolvimento.

No setor externo, manifestam-se alguns sinais de um sub-imperialismo brasileiro, sob a forma de uma tendência à expansão político-econômica do Brasil na direção do exterior. Estes sinais aparecem por exemplo, na esperança de que também o Brasil estará um dia entre as grandes potências, as multinacionais brasileiras competindo lado a lado com as multinacionais estrangeiras. A propósito, cito palavras do Ministro de Minas e Energia, Shigeaki Ueki, pronunciadas ante a CPI das multinacionais, a 30-09-75: "Segundo estudos de especialistas, em 1985 cerca de 300 empresas controlarão 65% da produção industrial em todo mundo, e que é preciso que algumas delas sejam brasileiras"(25). A mesma idéia parece implícita no discurso da grandeza, que segundo recente análise(26) representa não só a exaltação patriótica das grandes dimensões territoriais e imensas riquezas naturais e humanas, e os ideais de grandeza nacional, mas a dissimulação brilhante da opressão, a ambigüidade dos meios usados para chegar até lá e garantia da legitimidade do Estado que promove tal grandeza, tanto para dentro como para fora de suas fronteiras. Não parecem sem fundamento algumas suspeitas de vizinhos latino-americanos quanto ao significado sub-

imperialista do nosso discurso de grandeza.

Acrescentemos ainda uma nota sobre a ideologia do Estado Burocrático no Brasil.

O objetivo do atual regime é construir um Brasil desenvolvido, uma Grande Potência, dentro da esfera capitalista. Os conflitos sócio-econômicos existentes no Brasil antes de 1964 e que, de acordo com a interpretação oficial, desencadeariam uma guerra revolucionária ajudada pelo comunismo, levaram à Revolução de 1964. Esta respondeu com uma doutrina revolucionária baseada no binômio segurança e desenvolvimento. A segurança visa a estabilidade política, e inclui fatores de ordem ideológica como o Estado de Exceção e a Segurança Nacional. O desenvolvimento, tornado possível dentro de um clima de segurança, consta das medidas adotadas pela política econômica, tais como altas taxas de investimentos, controle sobre a inflação, alta participação do capital estrangeiro, incentivo às exportações, etc.(27).

A luta contra a subversão, inicialmente determinante, tornou-se progressivamente uma luta sobretudo pelo desenvolvimento, mais especificamente pelo desenvolvimento capitalista. Escreve o Gen. Poppe de Figueiredo:

"Segurança para quê? A resposta norteadora, até hoje, da política econômica revolucionária, foi, desde o primeiro dia, a manutenção e o fortalecimento de um sistema de propriedade misto em economia

de mercado. Ou seja, a intervenção do Estado, mesmo quando se ampliando, se faria em nome deste fim da economia de mercado”(28).

Em outras palavras, o aparato de segurança hoje montado no país está voltado sobretudo para assegu-

rar a ordem econômica vigente (e vimos acima qual é esta ordem!). Este modelo parece realmente necessitado das forças de segurança para se manter; talvez o modelo não se pudesse manter sem as medidas de segurança(29).

4. ALGUMAS IMPLICAÇÕES

Devido à vastidão do tema, a análise do modelo brasileiro feita até aqui exigiu algumas simplificações e levou possivelmente a algumas deformações de descrição e interpretação. É um risco que se corre quando se procura reduzir a seus traços essenciais uma realidade tão complexa como a brasileira, vista em seu contexto mundial e nacional. Os traços fundamentais do nosso modelo, dentro de uma interpretação histórico-estrutural, parece, no entanto, terem sido suficientemente evidenciados.

Ao tentarmos agora focar algumas implicações deste modelo, devemos também evitar aquelas simplificações que poderiam comprometer a correção da análise.

Assim, por exemplo, seria simplista supor que os males que atualmente nos afligem são efeitos diretos e exclusivos do atual modelo de desenvolvimento. Pobreza e desigualdade existem há muito no Brasil, mesmo antes do advento do moderno capitalismo. Mas perguntamos: está o atual modelo conseguindo reduzir substancialmente esta pobreza e esta desigualdade? A que atribuir a manutenção ou até o

agravamento de problemas fundamentais da nossa vida econômica e social?

Que mudanças se impõem dentro do atual quadro sócio-econômico do país, e por onde começar?

Esta última parte da exposição, mais que dar respostas, visa apontar para alguns problemas críticos vividos hoje pelo Brasil, relacioná-los com o nosso modelo de desenvolvimento e levantar questões para reflexão sobre estes problemas.

4.1 O processo de marginalização

Segundo opinião generalizada entre cientistas sociais, políticos e homens do governo, um dos problemas críticos, talvez o mais grave, com que se defronta hoje o país é o da marginalização da maioria da sua população(30).

Como noção descritiva, marginalidade refere-se a uma situação de falta de participação nos processos econômico, político e sócio-cultural do país. Neste sentido geral, são marginais pessoas e setores “que recebem baixíssimos rendimentos e contribuem, também, de forma in-

significante para o mercado; culturalmente, os analfabetos ou aqueles que apenas sabem assinar o nome; politicamente, os que ignoram quase tudo a respeito do sistema político, e não dispõem de meios de ação política, não sabendo correlacionar o exercício de seu eventual direito de voto à defesa dos interesses gerais de seu respectivo grupo social”(31).

Não se pode dizer que a marginalidade econômica, social e política, embora correlacionadas, se equivalham. Mas, parece certo que, na nossa realidade, quem for economicamente marginalizado, ou por outra, tiver uma renda tão baixa que seja quase exclusivamente absorvida pela alimentação básica, é uma pessoa marginalizada. É em torno a este nível que Hélio Jaguaribe traça a linha divisória entre marginalidade absoluta e marginalidade relativa; e entende que na atual situação, em que o salário mínimo passou por um processo de depreciação do seu poder aquisitivo (dando-se ao salário mínimo real de São Paulo, o índice 100 para 1956, chega-se em 1970 ao índice 77), rendimentos iguais ou menores que o mínimo, ou regimes de economia de subsistência que apenas proporcionam basicamente a alimentação do agricultor e de seus dependentes, conduzem a formas absolutas de marginalidade(32). De acordo com os dados do Censo de 1970, os mais seguros de que dispomos nesta matéria, encontravam-se nesta categoria de salários 56% dos trabalhadores do Brasil.

Relativamente marginalizados, em termos econômicos, seriam os que

percebem entre um e dois salários mínimos, renda que além da alimentação básica, proporciona limitadíssima capacidade de consumo para alguns bens de necessidade, como roupas e medicamentos baratos. Nesta faixa de rendimentos se encontravam à época do último Censo, 19% da população trabalhadora brasileira. Segundo esta análise, portanto, 75% da população do nosso país estaria sofrendo de formas mais ou menos agudas de marginalidade.

O que marca esta massa pauperizada do Brasil é que, por si sós, se encontram impossibilitados de sair desta situação. Não falo de casos esporádicos: de pessoas que por qualidades pessoais, por um esforço fora do comum, ou por um golpe de sorte (acertar na Loteria) conseguem escapar da condição geral da maioria (muitas vezes, à custa dos outros). Os casos individuais não nos devem iludir quanto à condição da maioria, cujo limite de participação é condicionado prioritariamente por fatores estruturais. Este ponto precisa ser bem frisado: o marginal não se integra não porque ele não quer, mas porque ele não pode. Esta falta de condições não é apenas subjetiva, mas objetiva. Como víamos anteriormente, a meta global das grandes empresas privadas no Brasil não é produzir benefícios econômicos e sociais para o país, mas acumular lucros e vantagens. Se para isto é preciso reduzir o emprego de mão-de-obra e substituí-la por máquinas, elas não hesitam em fazê-lo.

Opinião difundida entre nós, sobretudo entre os adeptos do desen-

volvimentismo, é que a correção das desigualdades sociais será fruto automático do crescimento econômico. Nada mais falso. O próprio governo se encarregou de desmentir esta ilusão. Diz o II PND, no cap. 4, referente à estratégia do desenvolvimento social: "Na opção realizada, o Governo não aceita a colocação de esperar que o crescimento econômico, por si só, resolva o problema da distribuição de renda, ou seja, a teoria de 'esperar o bolo crescer'. Há necessidade de, mantendo acelerado o crescimento, realizar políticas redistributivas 'enquanto o bolo cresce'"(33). Mais adiante, propõe realizar um aumento substancial de renda real para todas as classes e a redução substancial da pobreza absoluta. Até que ponto esta declaração de intenções pode ser mantida e ser traduzida em medidas efetivas, sem entrar em conflito com o dinamismo do sistema de economia de mercado capitalista, é uma incógnita. Que medida de defesa dos seus lucros adotarão as grandes corporações contra os efeitos negativos de um aumento geral de salários sobre a taxa dos seus lucros? Em todo caso, as intenções declaradas pelo Governo parecem destituídas de um fundamento real, no momento em que se considera a sua limitada força de barganha frente aos capitais internacionais que ele quer atrair e não afugentar.

A que efeitos conduz a maciça marginalidade da maioria do povo brasileiro? H. Jaguaribe resume-os em três:

a) economicamente, reduz o mercado dos produtos industriais a cer-

ca de 1/4 da população total (nós a estimávamos em 20%) e o mercado geral a cerca de metade da população;

b) culturalmente, torna o país perigosamente vulnerável aos meios de difusão de massa; a população marginalizada, portadora de formas simples e acríticas de cultura, é presa indefesa desta pseudo-cultura alienante;

c) politicamente, tende a conduzir à alternativa sujeição-passiva reivindicação-irrealista; da segunda tivemos um exemplo na época do governo de Goulart e que conduziu o país a um beco sem saída; da primeira, a sujeição passiva, hoje predominante, alimenta formas autoritárias de governo, com a seqüela de males que derivam da supressão das liberdades públicas(34).

Os sintomas do amplo processo de marginalização e exclusão social, em andamento no país, são aparentes e generalizados, tanto nas cidades como nos campos. Nas cidades, alguns sintomas chegam a ser alarmantes, como por exemplo, o problema da favelização com o conjunto de males que estão associados a ele: debilitamento da saúde pública, criminalidade, prostituição, mendicância, o problema do menor abandonado ou carente, e outros.

Cito apenas um dado ilustrativo. De acordo com fonte do Departamento Municipal de Habitação (DEM HAB), num diagnóstico evolutivo das sub-habitações no Município de Porto Alegre, RS, havia em Porto Alegre no ano de 1972, 20.152 malocas, com 105.833 mo-

radores. A porcentagem de favelados sobre a população total da cidade tendeu a aumentar nos últimos 20 anos: de 3,89% em 1951 passou a 9,83% em 1965 e 10,67% em 1972.

O processo de pauperização de largas camadas da população marca presença também no meio rural, onde coexiste a acumulação de riqueza e o progresso econômico de alguns com a miséria de muitos. Um recente estudo(35) focaliza esta contradição do nosso sistema através da análise do caso dos diaristas do meio rural, denominados na gíria local de "bóias-frias", que vivem em condição de miserabilidade em áreas economicamente prósperas de diversos Estados no centro do país. O **"Bóia-Fria": Acumulação e Miséria**, é um estudo do caso realizado na Alta Sorocabana (nos municípios de Presidente Prudente, Presidente Venceslau e Presidente Epitácio), representando um universo estratégico para a análise das condições em que se dá a urbanização no Brasil, na América Latina e no mundo subdesenvolvido em geral. A expansão capitalista na Alta Sorocabana teve como resultado a proletarização crescente dos pequenos proprietários agrícolas, parceiros e colonos, transformados em assalariados temporários ou volantes, privados dos direitos estabelecidos pela legislação trabalhista. Tanto a mecanização da lavoura quanto a sua transformação em fazendas de criação de gado vêm substituindo com vantagens econômicas o trabalhador fixo ou o colono, que é o pária do sistema. A depreciação constante do seu salá-

rio e as incertezas sobre como ganhar a vida fora dos 3 meses que duram as colheitas, levam o "bóia-fria" a vivenciar "uma situação de extrema miserabilidade que se reflete ao nível do seu subjetivo, como um estado de constante insatisfação com o status quo e expectativa constante de melhores condições de vida" (36). Alguns já não esperam nada de bom do futuro, como disse um deles ao entrevistador: "Trabalhar de parceiro não quero. Não que não me dê bem com o patrão. O patrão gosta de mim. Gosta do meu suor, do meu trabalho. Mas é só (para) tirar. Não me dá nada. Não dá futuro"(37).

4.2 A desigualdade de oportunidades

A ordem e abundância do atual sistema (isto é, ordem para os de baixo, abundância para os de cima), não se manifesta apenas nas camadas mais empobrecidas. As barreiras se erguem em todos os níveis e ao longo de todos os canais de ascensão social. Entre os principais canais de ascensão social, avulta sem dúvida a educação. Os progressos neste campo são incontestáveis, devidos em larga medida a uma política ostensiva do governo neste setor, e à cooperação efetiva de muitos neste esforço comum.

Importa-nos aqui ressaltar, novamente, algumas limitações estruturais a estes esforços, em vista de podermos interpretar corretamente os fenômenos e pensar em soluções adequadas.

Notória é a seletividade econômica e social da escola brasileira. Nossas escolas são elitistas, no mau sentido. Uma série de fatores desfavorecem o estudante oriundo de camadas sociais inferiores: carências alimentares, necessidade de trabalhar de dia e (tentar) estudar de noite, o estudo retardado, a predominância, na escola de 2.º grau, dos grupos de mentalidade de classes média e alta, que menosprezam a profissionalização. Todas estas conclusões são apoiadas em pesquisas(38). Estabelece-se um círculo vicioso: quem é pobre, tem poucas chances de cursar uma faculdade; não cursando faculdade, e face à pouca valorização do profissional de nível médio, pouco melhoram as suas condições de competição. A universidade brasileira espelha e reforça o nosso sistema de classes: de base larga, que se vai afunilando drasticamente. Os que vêm da classe alta têm as melhores chances de se graduar num bom curso e através disto manterem seus privilégios, sobretudo os altos salários ligados a certas profissões(39). A mesma pesquisa do CBPE, a que acima me referia, mostrou a fraca representatividade de alunos que têm como categoria social de origem as classes inferiores: as classes A e B (que no Brasil compõem uns 20% da população), contribuem com 84% dos universitários; a classe C, que é constituída por 80% da população, apenas forneceu 16% dos universitários (os dados se referem ao ano de 1968). A mesma diferença se registrava então quanto ao curso pelo qual o aluno opta: há cursos de elite (engenharia, medicina, psi-

ciologia...), intermediários (biologia, ciências sociais, física, geologia...) e populares (ciências econômicas e administrativa, enfermagem, farmácia e bioquímica, filosofia, pedagogia...).

Dados mais recentes permitem concluir que esta situação pouco se alterou. Continua o problema dos excedentes, agora disfarçados pelos exames de classificação. Os vestibulandos de inícios de 1975, no Brasil, somaram 897.022, para um total de vagas de 388.000. Os excedentes foram 509.022, na hipótese de que se preencheram todas as vagas, mesmo em cursos pouco atraentes ou em faculdades mal localizadas. Dos 26,7% de candidatos do Rio de Janeiro que se declararam filhos de operários, apenas 25% conseguiram aprovação. Entre os candidatos que não trabalhavam, o índice de aprovação foi de 40%, e entre os que trabalhavam, de 23%(40). Edson Machado, Diretor do DAU, reconheceu, numa entrevista: "Só chegam à Universidade os nascidos em berço esplêndido(41).

4.3 As distorções no campo político

Que efeitos pode ter um modelo autoritário, que se prolonga, sobre a vida política de seu povo? Que riscos envolve, para governantes e governados?

Um primeiro risco, próprio de qualquer regime, que repousa sobre o poder autoritário, é o abuso do poder e a corrupção. Este risco atinge especificamente os governantes. Protegidos pela expectativa de

que tão cedo a Oposição não chegará ao Poder e convencidos da inocuidade das eleições e das Comissões Parlamentares de Inquérito — e mais ainda, pelo silenciamento da Imprensa sobre uma série de assuntos que são matéria proibida — não poucos burocratas e ocupantes de altos postos deixaram-se seduzir pela tentação de obter vantagens ilícitas do cargo que ocupam, quando não se servem descaradamente do dinheiro público. Os que estão um pouco ligados aos altos negócios, do governo ou das firmas ligadas a ele, sabem perfeitamente que o pagamento de boladas por fora (por exemplo, das empreiteiras para vencerem a concorrência, e mais tarde, para receberem os pagamentos) é uma praxe corrente. Não precisaria ter ocorrido o caso Moreno (e a votação do Senado tentando defendê-lo) para sabermos disso.

É uma velha mas sábia advertência, a de Lorde Acton, de que “todo poder corrompe; o poder absoluto, corrompe de maneira absoluta”. Hélio Jaguaribe, que cita este aforisma no seu livro **Brasil, Crise e Alternativas**, alerta-nos para o seguinte: “Num grupo que recruta por cooptação e que, para assegurar os interesses das classes dirigentes, se encontra revestido de poderes extremamente amplos, não sujeito a controles externos, o prolongamento deste estado de coisas conduz, inevitavelmente, a formas crescentemente abusivas de exercício de poder e de desfrute de suas imunidades...”(42).

Como abuso do poder pode-se classificar também toda retenção

indevida de informação, o retardamento da consulta, toda política de cúpula e de manipulação da massa, a subtração a um debate público, aberto e responsável, dos temas fundamentais de interesse nacional. Uma dificuldade que se apresenta neste domínio para o governo é certamente a falta de tradição democrática do país. Nosso povo foi durante três séculos um povo colonizado, e depois, um povo tutelado por oligarquias rurais, por uma ditadura corporativista e por governos populistas e demagógicos. A esperança que agora se alimenta é no sentido de que, lenta e progressivamente, o povo possa ter chances de aprender democracia pela única forma realmente eficaz: praticando-a.

Outro problema é o uso da repressão e da violência. Não se trata apenas do uso da tortura contra presos políticos (conforme denúncia da CNBB entregue ao então Ministro da Justiça do Gov. Médici e a intimidação contra reais ou supostos agentes de subversão). Problema tão ou mais grave criou-se com a cobertura policial-militar às pretensões de grandes empresas colonizadoras, que querem receber suas terras limpas de posseiros, intrusos ou mesmo de ocupantes legítimos, de direitos adquiridos pelo uso capião. É amplamente conhecida a série de conflitos que se têm produzido em consequência, sobretudo nas áreas do Mato Grosso, Goiás, Maranhão e Pará, envolvendo milhares de famílias. Isto acarreta problemas difíceis para a consciência pastoral dos Bispos, inermes diante de fortes pressões e arbitra-

riamente suspeitos e acusados de subversão quando se batem por que os processos se façam no respeito aos direitos do homem que durante décadas trabalhou a terra da qual é sumariamente expulso. A defesa de uma certa ordem econômica, comandada pelos interesses de grandes corporações, revela-se aqui como profundamente ambígua, equivocada, e por que não dizê-lo claramente, anti-patriótica.

Um terceiro tipo de risco inerente ao atual sistema político, é que "ele induz, de forma incontível, a procedimentos cada vez mais utilitaristas e cada vez menos dotados de qualquer gratuidade". O regime vê reduzir a sua capacidade de auto-fiscalização e repressão dos abusos. Um regime autoritário, se torna inerentemente infiscalizável, "por não haver fiscais que fiscalizem outros sem serem eles próprios fiscalizados"(43). Esta tendência configura o grau de necessidade que nosso país tem não só de uma Câmara atuante e com poder de convocar Ministro de Estado, mas de um povo politicamente ativo e organizado, social e culturalmente participante. Que condições estamos criando para que isto se realize?

4.4 Efeitos no campo cultural

Não deve espantar-nos que o campo da criação e difusão cultural no Brasil sofra de semelhantes condicionamentos aos que registramos nos demais setores da nossa existência social. Nem é de hoje que somos mais consumidores que criadores de cultura. No ano de

1974, o próprio Ministro das Comunicações do Governo Geisel, Sr. Quandt de Oliveira, por exemplo, denunciava o fato de 57% da nossa programação normalmente transmitida na televisão ser composta de programas importados(44). Os nossos produtores e artistas queixam-se da falta de condições para produções originais e a proibição que pesa sobre a produção de filmes sobre certos temas, como a crítica social. Queixam-se dos rigores da censura contra tais tipos de filmes e sua liberalidade em relação ao "kitsch" e às pornochanchadas. Um fenômeno, cuja análise está merecendo crescente atenção, é o da cultura de massa, que se criou no Brasil, e das características de exploração comercial dos veículos de comunicação em massa. A cultura de massa é entendida, neste contexto, como um conjunto de bens culturais produzidos e consumidos em escala industrial, e articulada num sistema próprio(45). Na cultura de massa, que se generalizou no país com a difusão do uso dos meios de comunicação em massa, a dominação das elites sobre o processo social passou a ser feita em termos de manipulação na esfera do mercado, e que abrange a produção e a distribuição de bens culturais. Os analistas do fenômeno ressaltam o caráter de meros sucedâneos inerentes a esses bens culturais difundidos em ampla escala, desligados que estão, em virtude da própria dinâmica de sua mercantilização, das necessidades psíquicas reais; criam-se necessidades psíquicas artificiais, que em seguida se excitam, mas não se gratificam, criando graus

variáveis de dependência psíquica das pessoas em relação ao meio de comunicação. A análise das nossas telenovelas, como produto típico de uma cultura de massa, poderia revelar dimensões insuspeitas de dominação e alienação nas pessoas dotadas de insuficiente espírito crítico.

CONCLUSÃO

Não gostaria de concluir sem alguns acenos ao que me parecem, na situação analisada, algumas tarefas prioritárias, em vista a um desenvolvimento pleno e humanizado. Evidentemente, já não fala aqui só o sociólogo, mas o cidadão.

Como tarefa geral e principal se me afigura a necessidade de reativação da sociedade civil(46). Não se trata de simples reativação dos Partidos políticos, da realização de eleições diretas ou da falada distenção política. Uma eleição direta pode ser tão manipulada ou viciada como uma cooptação e de piores efeitos do que uma pura e simples nomeação. Trata-se de algo mais profundo e duradouro, que poderíamos chamar de democracia substantiva, isto é, da criação de uma atmosfera de autenticidade e liberdade responsável, e de instrumentos aptos a garantir a participação efetiva dos cidadãos na vida econômica, social e política do país. Há necessidade de se criar sólidas organizações de participação a nível popular. Tais organizações deveriam fazer com que "as associações profissionais, as cooperativas, os sindicatos, as igrejas, os grê-

mios estudantis, os círculos de estudo e debate, os movimentos sociais, em suma, exponham de público seus problemas, proponham soluções..."(47). Seria uma forma de obviar à unilateralidade das políticas de cúpula e de canalizar apoios ou críticas construtivas às propostas do governo. Um alto funcionário do MEC se queixava, alguns anos atrás, da pouca receptividade que tivera uma campanha sua de receber críticas e sugestões à reforma de ensino então em fase de preparação. Numa sociedade civilmente desativada, a passividade é o normal, a participação constitui a exceção.

Tal reativação deveria devolver ao debate público questões que são públicas e que não podem continuar confinadas indefinidamente aos segredos das antecâmaras e à manipulação de grupos tecnocráticos. A televisão poderia transformar-se no instrumento privilegiado de educação político-social. Imaginemos que tivéssemos cada semana, num horário conveniente, ao menos um programa nacional, em alto nível, de debate sobre uma questão econômica, social ou política, de reconhecida relevância. Seria um momento de fugirmos da vulgaridade destes noticiários padronizados e incolores do show colorido em que se transformaram os nossos telejornais. Um programa de formação de opinião, competentemente preparado, com a participação das mais altas expressões e especialistas do assunto em foco. Temas não faltam, a meu ver: as multinacionais, o Acordo de Cooperação Nuclear, as repercussões

da crise energética (política energética), comércio exterior do Brasil, reforma do ensino, a luta pela alfabetização e educação permanente dos adultos, etc. Tais programas, preparados pelas emissoras ou pelos próprios Partidos políticos, poderiam substituir, com vantagem, a maior parte dos discursos, improvisados e maçantes, dos candidatos às vésperas das eleições. Temos uma eleição pela frente, em 1978: por que não começamos já a pensar em formas de dar andamento a um projeto desta natureza?

Em suma, dê-se um voto de confiança ao povo e a sua capacidade de construir o seu próprio desenvolvimento, em vez de recebê-lo

outorgado ou imposto. Porque, em última análise, o desenvolvimento não é um dom, mas uma tarefa, não é um presente que cai do céu, mas uma missão a cumprir.

Não podemos esperar tudo só do Governo. Todos os cidadãos são corresponsáveis neste processo de crescimento da Nação. Nós, religiosos, temos também nossa missão específica neste contexto. Importa-nos descobri-la, conhecê-la a fundo, proporcionar-nos a ela. Isto supõe sólida informação, análise e interpretação da realidade na qual nos situamos, com séria objetividade, para alicerçar todo o processo de discernimento de nossas decisões e perspectivas apostólicas.

NOTAS

1. BERGER, P., **Perspectivas Sociológicas**. Uma Visão Humanística. Petrópolis, Vozes, 1972. p. 32. 2. MURILO MELO FILHO, **O Milagre Brasileiro**, Rio, Ed. Bloch, 1972. Confere também MÁRIO HENRIQUE SIMONSEN, **Brasil 2002**, Rio, Apec. Ed., 1974. 3. **Populorum Progressio**, nº 26. 4. LUCIANO MARTINS, **Nação e Corporação Multinacional**. A política das Empresas no Brasil e na América Latina. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1975, p. 3.5. Cf. *Ibidem*, p. 4. 6. **Visão**, Quem é Quem na Economia Brasileira, 31/8/1975, p. 23.7. **Correio do**

Povo, 19/10/75, p. 1. 8. *Op. cit.*, p. 26 e ss. 9. LUCIANO MARTINS, **Multinacionais**, **Opinião**, 17/8/75, p. 10. 10. CELSO FURTADO, **O Mito do Desenvolvimento Econômico**, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974, p. 71. 11. Confere Quadro Demográfico Mundial, do PRB, Nova Iorque, março de 1975. 12. MIHAJLO MESAROVIC e EDUARD PESTEL, **Momento de Decisão**. O segundo informe do Clube de Roma. Tradução de Luiz Carlos Nascimento Silva, Rio de Janeiro, Agir, 1975, pp. 82-83. 13. *Idem*, p. 83. 14. MÁRIO HENRIQUE SIMONSEN, **Brasil**

2002, Rio de Janeiro, Apec, 1973, cap. III. 15. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, **Autoritarismo e Democratização**, Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1975, p. 76. 16. P. 16. 17. Cf. CELSO FURTADO, *op. cit.*, p. 70. 18. **Zero Hora**, 26/8/74. 19. Cf. LUCIANO MARTINS, artigo citado de **Opinião**, p. 11. 20. Cf. *Idem*, *ibidem*. 21. GUILHERME O'DONNEL, **Reflexions sobre las tendencias generales de cambio en el Estado burocratico-autoritario**, Buenos Aires. Documentos CEDES. G. E. CLACSO, nº 1, agosto de 1975, p. 4. 22. *Idem*, pp. 4-6. 23. *Op. cit.*, p. 82. 24. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, *op. cit.*, p. 165. 25. **Correio do Povo**, 1º/10/75, p. 1. 26. ANA MARIA RODRIGUES BASTOS, **O Discurso da Grandeza**, Cadernos do CEAS, Salvador, maio-junho, 1975, pp. 53-51. 27. ANA MARIA RODRIGUES BASTOS, *art. cit.*, pp. 37-38. 28. M. POPPE DE FIGUEIREDO, **Brasil, um Gigante que Despertou**, Rio de Janeiro, Ed. Símbolo, 1972, pp. 236-237. 29. ANA MARIA RODRIGUES BASTOS, *art. cit.*, p. 39. 30. HÉLIO JAGUARIBE, **Brasil, Crise e Alternativas**, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1974. cap. 4. Entre a

literatura nova e que está se tornando abundante sobre o assunto recomendamos: MARIA CÉLIA PINHEIRO MACHADO PAOLI, **Desenvolvimento e Marginalidade**, um estudo de caso, S. Paulo, Ed. Pioneira, 1974 (ver a bibliografia no final da obra). 31. HÉLIO JAGUARIBE, *op. cit.*, p. 52. 32. *Idem*, p. 53. 33. Presidência da República, II PND (II Plano Nacional de Desenvolvimento), p. 61. 34. *ibidem*, pp. 63-64. 35. MARIA CONCEIÇÃO D'INCAO E MELLO, **O Bóia-Fria, Acumulação e Miséria**, Rio de Janeiro, Petrópolis, Ed. Vozes, 1975. 36. *ibidem*, p. 136. 37. *Idem*, p. 114. 38. APARECIDA JOLY GOUVEIA. Democratização do Ensino Superior, na **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, 50, out./dez. 1968, pp. 232-244. Ver também dados do Cesgranrio da imprensa diária, 1974. 39. A. GOUVEIA, *art. cit.*, p. 239. 40. **Veja**, 8/1/75, pp. 56-61. 41. *Idem*, p. 60. 42. HÉLIO JAGUARIBE, *op. cit.*, p. 83. 43. *Idem*, *ibidem*. 44. Entrevista concedida à **Folha da Tarde** de Porto Alegre, a 22/11/1974. 45. GABRIEL COHN, **Sociologia da Comunicação**, Ed. Pioneira, 1973, p. 104. 46. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, *op. cit.*, p. 237. 47. *Idem*, p. 238.

RENOVAÇÃO COMO MUDANÇA DE ATITUDE

Desmond O'Donnell, OMI

Podemos bem presumir que todos estamos de acordo quanto ao fato de que **renovação** significa muito mais do que uma mudança de vocabulário e mais do que mera mudança no comportamento externo. É também absolutamente óbvio que nem todos os padres, religiosos e leigos que estão atualizados com as palavras da moda e que manifestam um novo comportamento, estejam realmente mudados, realmente transformados em novas pessoas. Este último aspecto os psicólogos chamam de 'mudança de atitude', para distinguir da mudança de comportamento ou de superfície.

Em nossa velha terminologia católica podemos dizer que o que nos importa é o 'hábito' como fonte de um modo habitualmente novo de ver o mundo e, conseqüentemente, de uma mudança de comportamento que pode bem ser tida como permanente de maneira razoável. Isto significa um novo esquema conceitual e uma nova colocação de sentimentos em relação à grande parte de realidade.

Obviamente pois, a mudança de atitude não é uma coisa fácil de operar-se nem em si mesmo nem nos outros, embora seja esta a realidade central de toda a psicoterapia, do crescimento e da renovação pessoal. É também o núcleo de origem para o crescimento em santidade. Na medida em que crescem em nós a vida e a semelhança de Cristo, nosso modo

The Furrow, St. Patrick's College, Maynooth, Irlanda. Setembro de 1976, páginas 542-550. Vol. 27, número 9.

de ver as coisas muda e, a seguir, a mudança gradualmente passa a ter lugar em nossa maneira de comportar-nos e em nossas respostas emocionais à maioria das coisas. Toda a vida então, para ser atingida pelo crescimento, tem de ser aceita como um **deixar-ir**, como um **aprender novas coisas** para depois pô-las em prática em nossa vida diária.

Isso tem implicações imensas para o povo de Deus em nossos dias de grandes mudanças sociais, porém, mais especialmente, de mudanças religiosas. Até que ponto a renovação do Vaticano II mudou realmente a média de bombeiros ou bispos, de padres e de pintores, de missionários ou de marinheiros? As mudanças litúrgicas vieram bastante suavemente, mas será que a necessidade subjacente com vista a uma celebração pessoal de experiência cristã já se tornou uma realidade para muitos de nós? Será que nos dez anos que decorreram depois do Vaticano II os filhos de Deus cresceram na liberdade que é um direito que nasce com eles? Os missionários por acaso aceitaram e começaram a pôr em prática o verdadeiro sentido de missão em seus postos distantes? Será que os sermões do vigário refletem uma fé renovada ou uma nova estância moral em sua própria vida? O bispo local aceitou realmente de boa vontade a colegialidade e o diálogo? Estas são apenas amostras das mudanças de atitude desejadas pelo Vaticano II e agora mais recentemente. E que vai conseguir a administração do sacramento da reconciliação face a face com o confessor enquanto a

necessidade daquela mudança contínua, chamada conversão, não encontrar acolhida em todos nós?

Minha própria imagem

Pode ser útil saber por que a mudança de atitude não é fácil de ser aceita pela própria pessoa e alcançada pelos outros. Cada um de nós vive com duas coisas das quais não consegue desfazer-se facilmente: a sua **própria imagem** e a sua **visão do mundo**. A interação entre ambas é muito estreita. Muito cedo na vida, cada um de nós começa a formar a sua própria imagem, a percepção que consigo ter de mim mesmo e que me deixa razoavelmente satisfeito e à vontade — a qual se vai tornando cada vez mais difícil de ser mudada. Ela nos é dada gradualmente por aqueles que nos amam e que não nos amaram como deviam desde o momento do nascimento e, especialmente, durante os primeiros seis anos mais ou menos. Como tal imagem se vai afirmando cada vez mais, gradativamente vou aprendendo a interpretar todas as minhas percepções em termos dela, a menos que eu seja muito inclinado à reflexão, muito controlado e cuidadoso.

Aprendo também a tomá-la como padrão de meu comportamento. Por exemplo, se me sinto inseguro ou de alguma forma não muito bem, passo a ver o meu mundo como algo de ameaçador e vou reagir de acordo com isto. Que significará tudo isso se eu for um bispo ou o superior de uma missão? Ou ainda, se a minha própria imagem me diz que eu sempre tive e sem-

pre terei infalivelmente respostas certas para todas as situações, que me dirão os seminários modernos? Se o meu super-ego se sente no status de um rei, deixando-me com uma impressão infantil da lei e das figuras da autoridade, que sentido terá para mim a renovação da teologia moral? Desse modo, a imagem que faço de mim mesmo é que dá o colorido a tudo o que faço até que eu seja despertado para tal e comece a abrir-me para uma mudança de natureza de toda a vida.

Minha visão do mundo

Minhas primeiras experiências de vida reforçam a minha própria imagem e acabam por dar-me uma **visão do mundo** pessoalmente cercada de preconceitos. Se, desde o meu tempo de seminário, eu não tive ulteriores experiências teológicas, a palavra 'fé' pode ser facilmente relacionada com verdades e com uma fórmula. Assim também, 'pecado' vai ficar restrito apenas a duas listas, uma em maiúsculas e outra em letras pequenas, a menos que eu me tenha aberto ao apelo do Vaticano II em favor de uma teologia moral renovada. Uma vez que eu tenha aprendido a 'buscar a Escritura', minha pregação vai continuar sem capacidade de convencer os ouvintes e não sairá do nível do moralismo. Somente quando eu conseguir familiarizar-me com os princípios do ecumenismo, a palavra 'Igreja' passará a ter um sentido apurado para mim. As mini-saias serão uma doce obsessão, a não ser que gradativamente eu aprenda a

conviver menos embaraçado com a minha própria sexualidade. Vou continuar sem compreender a palavra 'salvação' até que aprenda que o mundo inteiro já possui a graça.

M e d o

Mudar idéias, relacionamento e atitudes em todos esses aspectos e manter-se nessas mudanças — é algo de ameaçador para a maioria dentre nós; daí haver uma forte tendência para apegar-nos à nossa **própria imagem** já estabelecida e à nossa habitual **visão do mundo**. É o medo que nos tira o desejo de abandonar nossos antigos esquemas conceituais e nossos confortáveis padrões de comportamento. A maioria das pessoas fica cheia de medo quando se aventura a entrar em um território desconhecido — é semelhante ao que acontece, por exemplo, quando trocamos nossos veículos comuns por um novo carro ou quando temos de dirigir pela direita em vez de pela esquerda num país estrangeiro. O reconhecimento desse medo é vital para os que se acham engajados em programas de renovação ou em qualquer outra forma de mudança de atitude. E lembremo-nos de que isto não é uma coisa anormal, mas algo de absolutamente normal, excetuados casos extremos, como o da obsessão compulsiva plenamente consumada. Assume também aspectos extremos, embora absolutamente normais, nas pessoas idosas, cujos mecanismos de adaptação se acham quase totalmente atrofiados.

Resistência

Assim sendo, exceção feita das pessoas muito flexíveis, é de esperar-se que a resistência surja desta ou daquela forma. Quanto mais tempo a pessoa levou sem mudar, maior é a resistência que se deve esperar. Ninguém gosta de sofrimento ou de tensão, e, para a maioria dentre nós, a mudança geralmente incluiu um destes ou ambos. Deve também ficar claro — como certamente o é dentro da nossa experiência — que a mudança sob a forma de renovação não pode ser bem sucedida se for imposta e forçada. Há certas pressões que podem produzir mudanças de comportamento transitórias, mas nunca uma mudança de atitude permanente.

Há pessoas, bem o sabemos, que simplesmente jamais se abrirão a qualquer possibilidade de mudança, da mesma forma como há pessoas que, quando cismam de não ler um livro, pouco ou quase nada pode ser feito para ajudá-las. Quando tais pessoas não ocupam posições de liderança, o mal que elas fazem fica bastante atenuado. Quando, porém, estão em posições de liderança, podem tornar-se perigosas, como um médico que durante dez anos não muda em nada suas atitudes e seus conhecimentos — com a única diferença de que há um mecanismo que assegura a eventual remoção do médico do lugar que ocupa.

Deixando a coisa caminhar

Uma vez constatado que a renovação encontrará alguma resistência

na maioria dos casos, como poderá tal resistência ser atenuada ou removida? Isto é uma questão de motivação. A resposta consiste primeiramente em prover-se de razões, cuidadosamente apresentadas, mediante as quais a pessoa se disponha a considerar a hipótese de mudança. É necessário que se trate de razões plausíveis, transmitidas com absoluta honestidade e por alguém em quem aquele ao qual as razões são apresentadas tenha confiança. Mas o agente da mudança não precisa apresentar as razões com fria objetividade; é melhor que as apresente com entusiasmo e coragem adequados à situação.

Em tudo isso, as últimas metas do programa de renovação devem ser claramente delineadas, em termos que possam ser entendidos por aqueles a quem são transmitidas. Muitos programas bons são rejeitados por causa de uma apresentação vaga, feita mediante termos com os quais ouvintes ou leitores não se acham familiarizados. Respostas honestas devem ser dadas a perguntas feitas com sinceridade, ainda que estas venham marcadas por uma carga de agressividade.

Liderança

Tudo o que já dissemos pode ser considerado como uma espécie de pré-evangelização, e boa parte disso seria obtido de maneira muito mais eficiente num contato de pessoa para pessoa do que em grupos. Tenho encontrado muitos que aceitaram um programa principalmente por lhe ter sido pedido por um ami-

go dotado de liderança, como um favor pessoal de que este precisava — e os efeitos geralmente têm, sido bons. Esse método pode ser bastante válido para um programa em que bispos estimulam padres, os provinciais incentivam os membros da província, e por certo é também viável numa paróquia em que o vigário mantém um bom relacionamento com seus fiéis. A amizade sempre afasta o medo, as ameaças, a bajulação ou os presentinhos como fonte de motivação. Daí a importância de uma profunda conversão para a renovação por parte dos vigários, dos provinciais, dos bispos, para que um programa caminhe no sentido de tornar-se efetivo.

Grupos

É impressionante e bem evidente como as pessoas se deixam levar mais facilmente quando estão junto com outros que fazem a mesma coisa, do que quando estão sozinhas; o ideal seria que os outros fossem pessoas com modo de pensar semelhante, que se amassem mutuamente e que confiassem uns nos outros. Quando um indivíduo está cercado por um grupo que se interessa por ele, que lhe dá atenção, que, junto com ele, procura solucionar os seus problemas, que sofre com ele quando este se sente ameaçado, que se regozija com ele por causa das barreiras que consegue superar, tal pessoa comumente aceitará o risco de prosseguir em frente, sem se prender à imagem que já havia feito de si, à visão do mundo que já tinha e a reações de sensibilidade desde mui-

to acalentadas. Ele mudará porque é amado e porque se sente livre.

Daí a importância do trabalho em pequenos grupos e da perda de alguns dias empregados em aumentar a confiança e o amor mútuos antes da apresentação conceitual ou das informações que devem ser transmitidas. Esse intercâmbio de pessoa para pessoa tem por acréscimo o benefício de ajudar a pessoa a conhecer-se a si mesma, a reconhecer seus mecanismos de defesa e a removê-los pouco a pouco. Ao mesmo tempo, ele tem a oportunidade de ver que há outros que partilham de seu próprio receio, de sua hesitação, e é estimulado a atravessar o caminho rochoso da mudança de atitude, com os outros.

Como resultado dessa interação e desse intercâmbio, uma ou duas pessoas podem precisar de um aconselhamento individual durante ou depois dos períodos passados em grupo. É necessário preparar alguma provisão para elas. Em geral, este não é um problema sério, mas o líder deve estar atento a ele e ter capacidade para reconhecê-lo mal comece a surgir.

Novos conhecimentos

Alguma informação, alguns fatos novos são geralmente necessários à mudança e à renovação, mas, somente depois que uma pessoa se ouviu a si mesma, é que pode acolher com atenção informações e notícias. Mera informação diante do grupo reunido para troca de idéias, com o seu processo de desinibição, pode vir a ser o bastante para causar con-

fusão e, comumente, não influi na mudança de atitude. A nova teologia sozinha poderia ter como efeito uma aberta e séria irresponsabilidade moral ou descambar para uma indesejável rigidez moral que perduraria por longo tempo. Depois que uma pessoa se encontrou a si mesma e sentiu o apoio de outros em torno dela, então está pronta para a novidade de novas idéias, sem experimentar aquela impressão de estar arriscando-se demais. Quando os seus companheiros paroquianos ou companheiros padres, quando outros bispos em quem confia, quando outros missionários de cuja fé e bom-senso está segura, começam a dar ouvidos às informações e notícias, ela também se sentirá estimulada a fazer o mesmo.

Essas novas informações deveriam ser dadas por alguém que tivesse facilidade de comunicação, que pudesse falar ao povo, às pessoas, para dizer-lhes **onde elas estão agora** — verbalmente, emocionalmente e conceitualmente. Não poderia ser uma pessoa que gostasse de causar impacto no povo ou que se divertisse com jogo de palavras. Vários programas ótimos de renovação para paróquias, casas paroquiais e comunidades religiosas fracassaram por deficiência de comunicação.

Durante as leituras, amplas oportunidades deveriam ser dadas aos participantes para realmente **participarem** de uma forma ativa, para dizerem o que pensam, fazerem perguntas, discutirem entre si e, principalmente, manifestarem como se sentem.

Sem se mostrarem por demais cuidadosos ou hesitantes, os que são encarregados de falar devem — como algo de importância — fazer um levantamento não só do ponto em que as pessoas se acham, mas também de **até onde elas estão desejando ir** no momento. Este último aspecto requer uma esmerada capacidade de ouvir, em qualquer parte do programa em que se esteja, e os que têm o encargo da palavra devem recordar que nem tudo é para ser feito exatamente agora e que nem tudo é para ser feito por eles sozinhos.

É bom notar também aqui que cada indivíduo caminha de acordo com o seu **próprio** passo e somente até o ponto em que suas motivações pessoais superam seu sentimento pessoal de desconforto; um líder é capaz de reconhecer isto e respeitá-lo profundamente.

Manter-se firme

Um dos maiores problemas em qualquer tipo de mudança de atitude, quer se trate da psicoterapia ou do processo comum de crescimento, é a **regressão**. Podemos aprender novas atitudes e abandoná-las bem depressa, a menos que haja algum mecanismo de reforço para sustentarmos depois que tivermos enveredado por algum desvio.

Isso seria melhor atendido por uma renovação de todo o meio, pela **mudança de clima**, que, na verdade, raramente pode ser alcançada ao mesmo tempo. Ela deve, porém, ser tida em mira, no sentido de que um programa diocesano, paroquial ou

provincial deveria ser planejado de uma forma global. Há muito que dizer a respeito de indivíduos que são mandados para fora do seu ambiente com vistas à renovação pessoal, mas isto importa na limitação de colocar a pessoa, que já se renovou, num ambiente não renovado, o que aumenta as possibilidades de frustração e de perda de conhecimentos adquiridos nesse indivíduo. Mas mesmo o programa de renovação mais global tem suas desvantagens, como as que se verificam com aqueles que são mais perspicazes, que sofrem a frustração de ter de esperar pelos irmãos mais hesitantes. Enquanto que uma combinação é mais desejável e talvez o ideal, o plano para renovar o grupo inteiro é mais desejável quando é preciso fazer alguma opção.

Seria um auxílio útil para os que já se renovaram e para os que estão caminhando para a renovação o líder manter, através de **boletins regulares**, a idéia clara diante da diocese inteira, de toda a paróquia ou congregação. Esse tipo de programa exigirá por certo prioridade — mesmo antes de serem discutidas as novas constituições. Sem a profunda renovação pessoal da maioria num grupo. A meta do líder deveria ser a de fazer surgir e manter uma atitude permanente de progressiva renovação ou formação naqueles que estão sob seus cuidados. Uma vez que a necessidade de mudança e a disponibilidade para ela tenham sido verificadas — este é o importante aspecto da renovação — então e somente então a atualização nas diversas áreas poderá ser efetiva. Mui-

to freqüentemente tenho visto a atualização ser atingida antes da renovação, o que parecia uma anestesia aplicada às pessoas contra o último elemento e justamente o mais importante.

Uma questão

Será que não estamos por vezes tentando renovar o glacê sem provar se o bolo está gostoso? Em outras palavras, estaremos acaso enfatizando a mudança de atitude na atual renovação da Igreja? Algumas dioceses, por exemplo, iniciaram a renovação litúrgica com muitas pessoas que não parecem ter tido uma genuína experiência cristã. Tais pessoas estão recebendo instruções sobre **como** deveriam celebrar, sem sentirem **necessidade** de celebrar. É possível também que os padres estejam sendo estimulados à renovação do seu sacerdócio por meio de argumentos teológicos, quando o de que muitos necessitam primeiro é de uma descoberta ou de uma redescoberta de sua vocação cristã.

Um grupo de bispos pode estar atualizado em teologia moderna, quando precisariam antes ser ajudados por meio de um retiro comunitário ou pela participação num grupo de experiência, pois esses dois exercícios seriam mais proveitosos para a mudança de atitude inicial. Assim, os professores de religião perderam muito tempo na catequese — turmas de adolescentes — supondo que os alunos tivessem tido antes uma autêntica experiência da mensagem. Mas, se tal suposição fosse válida, como se explicaria a

dificuldade geral que encontram os diretores para conseguir mesmo padres, freiras ou irmãos que aceitem ensinar religião? Também parece que a renovação nos 'detalhes' da **Perfectae Caritatis** freqüentemente tem tido prioridade sobre a renovação na experiência pessoal de Cristo para muitos religiosos.

Na minha própria vida, foi somente depois de ter eu recebido a graça de um arrependimento mais profundo, de uma conversão mais plena, de uma fé mais sem restrições e depois que recebi o Espírito Santo de novo, já com mais idade, que eu consegui familiarizar-me melhor com a maioria dos movimentos da teologia moderna. Também foi somente então que me senti apto para discernir, usar e integrar as valiosas descobertas das ciências do comportamento na minha vida pessoal e na vida dos outros. Somente agora sei por experiência própria que 'Deus não nos deu um espírito de medo, mas um espírito de força, de amor e de sobriedade' (2Tim 1,7) e sinto cada vez mais fortemente que 'estou acostumado com toda e qualquer situação' (Fl 4,12).

A Palavra de Deus

Na minha experiência com os outros, o elemento mais importante para atuar sobre a mudança de personalidade e para tornar esta mudança permanente tem sido o uso da Sagrada Escritura. Por certo que não é nenhuma novidade que a palavra de Deus é uma espada de dois gumes e uma força para aqueles que têm fé. O seu uso traz o imenso benefício de deixar as pessoas descontraídas quando o pregador com novas idéias relaciona cada uma destas com a palavra de Deus escrita. Talvez eu seja um pouco irreverente ao chamar a palavra de Deus de o primeiro fortificante para atitudes, pensamentos, sentimentos e comportamento renovados; isto, porém, é absolutamente verdadeiro. Depois que as leituras terminam, os ouvintes podem continuamente retomar a palavra viva de Deus, o que vale muito mais do que confiar num relatório feito de anotações mimeografadas... que, na maioria dos casos, apenas contribui para a poluição do papel tão comum na Igreja contemporânea.

LIVROS NOVOS

PARA VOCÊ LER

O ANÚNCIO DE JESUS CRISTO NOS EVANGELHOS SINÓTICOS, Wolfgang Trilling. Tradução do original alemão *Christusverkündigung in den Synoptischen Evangelien*, de J. Resende Costa. Edições Paulinas, São Paulo. Ano 1976. Páginas 224.

Os sacerdotes, os catequistas, os agentes de pastoral, em geral, e quantos de algum modo se interessam pela Sagrada Escritura, com toda certeza tirarão frutos da leitura deste livro. É original e único no gênero na língua portuguesa.

Todos os que se aproximam hoje do texto inspirado, principalmente do Novo Testamento, vêm-se com frequência às voltas com um tipo renovado de abordagem, sempre que buscam os mais modernos comentários, que se saientam de modo especial pela fuga aos moldes habituais mais antigos. A crítica literária desenvolveu refinados métodos de penetração do texto, os quais já vêm nestes comentários amplamente

aplicados, supondo-se simplesmente que o leitor já esteja familiarizado com eles. Observa-se até mesmo que uma larga cópia de conclusões teológicas se desentranha do texto inspirado precisamente a partir destas novas perspectivas. E o leitor não familiarizado, caso geral em nossa atual situação brasileira, sente-se confuso e inseguro nesta mata, impérvia para ele.

Refiro-me aos métodos exegéticos da "história da tradição", "história das formas", "história da redação". De posse deste instrumental de trabalho e dessas diversas óticas sobre o texto, levantam-se diversas camadas que subjazem ao texto atual, cada uma com sua perspectiva teológica, com o seu próprio "meio vital", remontando-se na pesquisa até mesmo à procura da "ipsissima vox" de Jesus e de sua situação histórica. Desvela-se com isto um rico e plurifacético processo na tradição das palavras e dos atos de Jesus em admirável continuidade, alia-

da a uma prodigiosa adaptação criadora aos problemas com que se debatia a jovem comunidade cristã das origens. Descobre-se com júbilo um texto vivo que fala em diversas direções e perspectivas, que vem auxiliar uma aplicação mais consentânea e criativa aos problemas que a Igreja de Cristo continua enfrentando hoje na marcha de sua história.

Este livro de Wolfgang Trilling, porém, apresenta um caráter peculiar. Não teoriza sobre os temas, mas aplica na prática estes métodos e regras sobre uma série de textos. Aprende-se fazendo. Entra-se na oficina do trabalho moderno de exegese, arregaçam-se as mangas e tomam-se em mãos as ferramentas sob a direção de um grande mestre. O autor vai mais longe ainda. Estende as linhas de aplicação do texto, da situação da comunidade das origens até a nossa presente situação de Igreja, orientando pregadores e catequistas a inspirar o seu hoje e o hoje da comunidade eclesial pelo cerne mais genuíno da Palavra de Deus. Com isto se dá um cunho pastoral a todo o trabalho exegético.

Os textos examinados segundo o moderno método da exegese referem-se ao anúncio de Cristo e sobre Cristo na comunidade das origens, desentranhando os temas centrais do Cristianismo: 1º) Jesus, o Messias e Filho de Deus. 2º) A mensagem do Reino de Deus. 3º) Promessa de salvação e estilo de vida do discípulo. 4º) A nova e verdadeira justiça. 5º) A misericórdia de Deus. 6º) A renúncia à posse e o seguimento de Jesus. 7º) Os sinais do tempo messiânico. 8º) Julgamento contra o falso Israel. 9º) A morte de Jesus, fim da era

antiga. 10º) A ressurreição de Jesus, começo da nova era.

Em todos os temas, o autor procede na mesma seqüência: uma comparação sinótica inicial, um comentário amplo, o exame do gênero literário e da forma, o elemento redacional do respectivo evangelista no texto, a apresentação de gêneros literários análogos bíblicos e extrabíblicos e, por fim, uma série de observações práticas para o uso do trecho na pregação e na catequese.

TEOLOGIA ABERTA PARA O LEIGO ADULTO, Juan Luis Segundo, SJ. Tradução do original espanhol Teología abierta para el laico adulto. Edições Loyola, S. Paulo. Ano 1976. Pág. 200.

Este é o primeiro volume e se intitula: "Essa Comunidade Chamada Igreja". A coleção é composta de cinco volumes: 2º) Graça e Condição humana. 3º) A nossa idéia de Deus. 4º) Os sacramentos hoje. 5º) Evolução e culpa. A coleção pretende uma revisão geral da mensagem cristã. Uma revisão adulta, isto é, uma revisão na qual se indicam as bases seguras e as orientações abertas de uma Teologia que não pretende ser intemporal, mas que se orienta para os problemas do homem latino-americano. Não é fruto de um trabalho de laboratório nem um manual para estudantes de Teologia.

É a experiência de repetidos encontros e reflexões, nos quais cada tema teológico tem sido relacionado com a vida, confrontado com experiências e opiniões diversas, discutidos por leigos de diferentes situações sociais, idades e formações. Orienta também este livro para novos encontros e reflexões, oferecendo um bom material de pergun-

tas, de leituras bíblicas e de textos conciliares relativos ao tema.

Pretende esta Teologia preencher um vazio na pastoral latino-americana de hoje: permitir que os leigos adquiram a maturidade que provém de um contato familiar e adulto com a fé. A obra é fruto do trabalho e experiência do Centro Pedro Fabro, de Montevideu, composto por um grupo de teólogos que são ao mesmo tempo especialistas de Ciências Humanas, tais como Antropologia, Sociologia, Economia, etc. Seu esforço, no qual houve colaboração de vários especialistas leigos, intenta repensar a mensagem cristã em íntima conexão com a Sociedade Latino-Americana. O Pe. Segundo, jesuíta, é especialista em eclesiologia do Departamento de Pastoral do CELAM, sendo profundo conhecedor dos países latino-americanos.

Este primeiro volume "Essa Comunidade, Chamada Igreja", da Coleção Teologia Aberta para o Leigo Adulto, acha-se traduzido em alemão, inglês, francês e italiano.

LIBERDADE DE ENSINO, Waldemar Valle Martins. Edições Loyola, São Paulo. Ano 1976. Páginas 208.

Subtítulo do livro: "Reflexões a partir de uma situação no Brasil". Entende-se por liberdade de ensino a prerrogativa de escolher um determinado gênero de educação. O adulto, em estado de educação permanente, faz a sua escolha; a família faz a opção pelo menor. A fim de que a escolha não seja privilégio de poucos, o Estado cria as condições de sua efetivação, quer abrindo suas escolhas, quer determinando subsídios — sob cautelas

— para a manutenção do pluralismo escolar, quando os responsáveis são idôneos.

A democratização da cultura, como decorrência de o Estado ter assumido o seu papel, assinalado nos dispositivos constitucionais, e como reflexo da consciência de que a verdadeira liberdade, na democracia, requer a oferta de oportunidades iguais para todos, desencadeou um processo célere de abertura de escolas e de cursos em todos os graus, que terminou por criar um clima de euforia e de vertigem, onde era mais importante o número de vagas do que a qualidade do ensino.

Para este ambiente de fascínio por estatísticas que impressionassem os observadores do Milagre Brasileiro da Educação, contribuiu a corrida da iniciativa particular ao ensino superior, já que as condições de sobrevivência, nas escolas do primeiro e particularmente nas de segundo grau, eram cada vez mais problemáticas.

Eis um paradoxo: a liberdade, vista sob vários ângulos, tornou-se a propulsora de um processo de gigantismo, nada tranquilizador, na educação brasileira, o que obrigou o Ministro Nei Braga a medidas que promovam a qualidade para resguardar o decoro do ensino.

O livro de Waldemar Valle Martins pretende ser uma reflexão sobre a liberdade de ensino. Reflexão que deverá ser útil para os que se interessam pela filosofia da educação e pela história da educação no Brasil. O interesse sempre atual deste tema decorre da importância que, para o progresso e promoção de nosso povo, têm os possíveis rumos de educação brasileira.

ELE VEIO PARA OS SEUS, André Manaranche. Tradução do original francês *Quel Salut?* de Benno Brod. Edições Loyola, São Paulo. Ano 1976. Páginas 212.

O conceito de salvação é central no cristianismo. O próprio nome de Jesus significa "Deus salva". Acontece que isto é uma afirmação contestada hoje. Uns conferem só ao homem o poder de trabalhar na reconciliação universal. Outros querem viver a tragicidade da existência sem a segurança de uma vitória garantida de antemão. Muitos rejeitam, como insignificante e nociva, a questão sobre a finitude humana, e se restringem a coerências parciais, escamoteando a busca de sentido em racionalidades de curto alcance. Os próprios cristãos, embaraçados perante tal secularização, apelam para a falsa gratuidade de um Deus inútil, que se adorna com o prestígio do desinteresse.

Importa, antes de tudo, fazer o levantamento da simbólica da salvação, acompanhada de perto pela confusa noção de dívida, e expressa pela do sacrifício. Noções estas, todas postas em dúvida por Nietzsche e Freud. A própria misericórdia de Deus deve ser tirada a limpo. Enfim, é necessário se entender sobre a justiça e o amor e sobre sua dialética no desígnio divino.

Na origem destas dificuldades, percebe-se que estão as diferentes teorias da salvação, no pensamento dos últimos quatro séculos. A partir do cisma oriental, a teologia latina se acantonou — numa concepção muito penal do resgate. A Reforma luterana deslançou uma espécie de inflação da salvação, o que marcou a dogmática. A partir disso, se operou uma racionalização, pas-

sando pelo idealismo alemão e chegando até Marx. Todo esse itinerário tem que ser esclarecido, pois ele continua a influenciar muito a época contemporânea.

Depois disso, fica ainda a necessidade de nos interrogarmos sobre a Igreja, sinal de salvação. Como pode ela, hoje, numa época de paixões exaltadas, reunir os homens, aos quais tudo tende a separar e mesmo a opor, sobretudo no plano político, mas aos quais ela chama a confessar um mesmo Salvador?

Indo deste modo ao fundo dos problemas, por meio de uma análise rigorosa, André Manaranche esclarece esta capital questão, isto é, o próprio destino do homem.

UM MUNDO DIVIDIDO, Roberto da Matta. Editora Vozes, Petrópolis. Ano 1976. Páginas 256.

Subtítulo do livro: *A Estrutura Social dos Índios Apinayé*. Este livro foi originariamente escrito como um dos requisitos para a obtenção do grau de doutor em Antropologia Social no Peabody Museum da Universidade de Harvard. Reúne os resultados de pesquisas iniciadas em 1961 no Departamento de Antropologia do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro e em trabalho de campo. Sua publicação prende-se a, pelo menos, três exigências: o seu valor intrínseco como trabalho científico, um modelo de trabalho de campo e de teorização; o feliz impulso que tem tomado nos últimos anos os estudos da realidade brasileira, denotando o interesse cada vez maior do nosso público e de nossos

cientistas sociais por problemas nossos; finalmente a necessidade de revelar um lado pouco visto da chamada "realidade indígena brasileira".

Uma das pretensões do autor é a de "revelar o modo de vida de um povo que corre o risco de desaparecer. E sempre pareceu tremendo tomar consciência disso, porque as sociedades humanas não se ordenam para assistirem ao seu desaparecimento. Quero defender os Apinayé com base no meu conhecimento de sua riqueza cerimonial, do notável equilíbrio das suas divisões internas, da profundidade dos seus modos de jogar e perceber a comédia e a tragédia do homem. É preciso não deixar que esta sociedade desapareça porque ela expressa uma alternativa legítima para os problemas humanos. De fato, ela expressa, em muitos momentos, uma alternativa superior já que é capaz de preservar uma forma genuína de equilíbrio entre homens e grupos sociais".

AINDA HÁ TEMPO PARA RECOMEÇAR, Pe. José Alair Borges. Edições Loyola, São Paulo. Ano 1976. Páginas 80.

Vivemos no século da velocidade, da conquista espacial, da evolução científica e tecnológica. Tudo está se transformando, tomando novos rumos e novas feições. O mundo caminha acelerado, tentando superar, desesperadamen-

te, suas crises e contradições. O homem, em meio a tudo isso, procura sobreviver e encontrar rumo e sentido para sua vida.

Afinal interessa-nos saber: Para onde caminha a humanidade? Por que tanta miséria e sofrimento numa época em que se fala tanto em amor? O mundo anda mesmo conturbado e os homens desorientados. Por toda parte respira-se um ar sombrio, carregado de incertezas, temores e desilusões.

O homem moderno, intranquilo e apressado, materialista e ambicioso, mostra-se insatisfeito e cheio de tensões. Está a procura de quê? Vive-se para quê? Muitas pessoas se desesperam e se matam. Qual é a causa ou a razão de tantos desequilíbrios e desajustamentos na vida do homem de hoje? Não estaria havendo uma profunda e comprometedor inversão de valores? Um sério desconhecimento ou menosprezo daqueles valores fundamentais que enobrecem e dignificam a pessoa humana? O acidental não estaria sufocando o essencial? Damos à nossa vida o devido valor? Será que nos conhecemos realmente? O que fazer para recuperar o terreno perdido?

"AINDA É TEMPO PARA RECOMEÇAR" é um livro realista e questionante. É uma tentativa de fazer o homem refletir e compreender um pouco mais a problemática desafiante que envolve e inquieta o mundo atual, tornando a vida humana cada vez mais ameaçada e insegura.